



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

GRAZIELLE SANTOS DE CARVALHO

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA TERRITORIAL: uma análise de territórios em situação de vulnerabilidade social no DF

Brasília – DF

2024

GRAZIELLE SANTOS DE CARVALHO

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA TERRITORIAL: uma análise de territórios em situação de vulnerabilidade social no DF

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Dr. Edward Torres Maia

Brasília – DF

2024

GRAZIELLE SANTOS DE CARVALHO

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA TERRITORIAL: Uma análise de territórios em situação de vulnerabilidade social no DF

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Grazielle Santos de Carvalho

Doutor, Edward Torres Maia
Professor-Orientador

Doutora, Doriana Daroit,
Professora-Examinadora 1 (externo)

Doutora, Ana Paula Antunes Martins,
Professora-Examinadora 2

Brasília, 23 de agosto de 2024.

Dedico este trabalho a todas as pessoas do Sol Nascente/ Pôr do Sol que lutam por uma qualidade de vida melhor, a partir da educação e participação social. Vocês demonstram que, através do conhecimento, do diálogo e da persistência, podemos tudo, inclusive transformar a nossa realidade! Escrevo essas palavras não mais como pesquisadora, mas como atual moradora do Trecho III.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder o dom da vida, possibilitando-me passar por inúmeras experiências, as quais me sustentou, dando-me forças para enfrentá-las. À Virgem Maria, mãe de Deus, que por meio de sua infinita misericórdia me agraciou com infinitas graças.

Ao meu esposo, José Gomes, por sua paciência durante esse processo, pelas noites em claro me fazendo companhia enquanto escrevia, por sua escuta ativa, sempre de forma amorosa e acolhedora, e pelos conselhos e incentivos que me fizeram chegar até aqui.

À minha avó, Isabel, que desde cedo me mostrou o valor dos estudos, abdicando muitas vezes de sua vida pessoal para que eu pudesse realizar meus sonhos. À minha mãe, Magda Cristina, que por meio de muito trabalho, cansaço e persistência me educou e forneceu as ferramentas necessárias para chegar até aqui. E ao meu pai, José Aauto, que nunca duvidou da minha capacidade, sempre me incentivou a buscar os meus sonhos e objetivos, com fé e positividade. Como ele mesmo sempre diz: “vai dar tudo certo, minha filha, é só acreditar em você e pensar positivo”. Obrigada aos três que, mesmo sem possuírem graduação, trabalharam e se esforçaram para que eu obtivesse a minha.

Agradeço aos meus irmãos, que considero meus melhores amigos. Gabriela, Cesar e Jamille, obrigado por tornarem esse processo leve e divertido, por acreditarem em mim, mesmo quando ainda estava no ensino médio, apenas sonhando em estudar na UnB.

Também agradeço a todos da RA XXXII que me receberam com muita dedicação e entusiasmo, que me apresentaram à Rede e ao território e disponibilizaram todas as informações necessárias para a elaboração do diário de campo.

Devo agradecimentos também ao meu orientador, Edward, por ter me fornecido os meios necessários para a realização desse presente trabalho, me apresentando as pessoas necessárias e me guiando no melhor caminho. Obrigada! Pelos puxões de orelha e por não ter soltado minha mão em nenhum momento, por fazer com que eu me sentisse confortável com o processo de escrita, que é um momento extremamente

turbulento na vida do Universitário, embora às vezes eu não soubesse como, o Senhor sempre me mostrou que daria certo.

Universidade de Brasília, devo agradecer-lhe por ter me capacitado, durante esses últimos anos, para ser uma profissional de qualidade. Em seus espaços me foram cedidos materiais e apresentadas pessoas que contribuíram para esta monografia: desde professores aos demais funcionários da segurança, limpeza, secretaria, administração entre outros. Essas pessoas possibilitaram que, de alguma maneira, a caminhada acadêmica fosse mais confortável e tranquila.

E por fim, mas não menos importante, agradeço à Fundação Oswaldo Cruz que me recebeu com muito carinho e profissionalismo, solucionando todas minhas dúvidas, além de me mostrar na prática a excelência do serviço realizado por todos, priorizando sempre o bem-estar coletivo.

RESUMO

Este trabalho analisou como ocorre o fortalecimento da governança em territórios vulnerabilizados e tem como mote o “Projeto Rede de Radares para Territórios Saudáveis e Sustentáveis: Sala de Cooperação Social”, realizado como ação cooperativa entre Estado, pesquisa, academia e sociedade durante o período de 2021 a 2024. O estudo se concentra na região do Sol Nascente/Pôr do Sol, a maior favela do Brasil, por ela ser uma região ainda vulnerabilizada e precarizada. Procurou-se entender como o projeto inclui as pessoas em seu desenvolvimento e implementação na tentativa de gerar troca de informações e melhorar o desenvolvimento territorial. Para tanto, metodologicamente, a pesquisa fez uso de estudo de caso, de observação participante, análise de conteúdo e triangulação de dados. Desta maneira, buscou-se compreender como acontece o processo dialógico entre representantes do Estado e da sociedade civil, além de observar elementos que contribuíram para a governança territorial na RA XXXII, sob a lente da Rede Sol. O estudo também almejou entender como os dados gerados pelo projeto podem ser usados pela população e pelo governo. Para isso, a pesquisa valeu-se dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Política Pública/ Ação Pública, Gestão Participativa, Governança Territorial, Territórios Vulneráveis e Redes Sociotécnicas. Foi utilizada a combinação do método de pesquisa documental e técnica de observação participante, com uso de instrumento de diário de campo para a coleta de dados, sendo tratados e compreendidos pela junção da análise de conteúdo e da triangulação de dados. Tal metodologia embasou as análises dos dados obtidos e possibilitaram, com isso, o alcance dos objetivos propostos. Assim, observou-se a importância do projeto realizado para subsidiar a busca por políticas públicas voltadas para a comunidade, por meio do processo de empoderamento social para influenciar espaços públicos de governança – como visto durante o PDOT/2024 nos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol – assim como para contribuir com a organização pela Rede Sol junto a ações que requerem a participação social para buscar melhores condições de vida para a sociedade local.

Palavras-chave: Governança Territorial. Vulnerabilidade Social. Participação Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CTIS - Colaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade

DF – Distrito Federal

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GDF – Governo do Distrito Federal

GPP – Gestão de Políticas Públicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PNPS - Política Nacional de Participação Social

PPP – Pentágono de Políticas Públicas

RA- Região Administrativa

RA XXXII - Sol Nascente e Pôr do Sol

RRDF - Rede de Radares DF: Sala de Cooperação Social

RST – Redes Sociotécnicas

SCS – Sala de Cooperação Social

SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 AGENDA 2030 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	12
1.2 POLÍTICA PÚBLICA E AÇÃO PÚBLICA	13
1.3 GOVERNANÇA TERRITORIAL	16
1.4 GESTÃO PARTICIPATIVA	18
1.5 SOL NASCENTE E PÔR DO SOL E O PROJETO REDE DE RADARES DF: SALA DE COOPERAÇÃO SOCIAL	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
2.1 PROCEDIMENTOS PARA PESQUISA DE CAMPO	26
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
3.1 DIMENSÃO DE ATORES	27
3.2 DIMENSÃO DE PROCESSOS	31
3.3 DIMENSÃO DE REPRESENTAÇÕES	40
3.4 DIMENSÃO DE RESULTADOS	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE I	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender, por meio do Projeto Rede de Radares para Territórios Saudáveis e Sustentáveis: Sala de Cooperação Social (RRDF), como se dá o fortalecimento da governança territorial em territórios vulnerabilizados, em momentos de crise, além de suas consequências a longo prazo.

Objetiva-se averiguar quais insumos contribuem para o processo de governança territorial para o desenvolvimento, a partir do projeto supracitado, e como ocorre a sua implementação, com foco na troca de informações e, por consequência, busca de maior impacto nas ações territoriais. Para tanto, a Região Administrativa (RA) de Sol Nascente e Pôr do Sol (RA XXXII) no Distrito Federal (DF) foi eleita para este estudo, tendo em vista o andamento do projeto de formação de pesquisadores populares que ocorreu entre 2021 e 2024.

O tema em questão despertou-me o interesse para esta análise durante a pandemia por morar em uma periferia (Ceilândia), que é um lugar vulnerabilizado e precarizado. Assim, cotidianamente enfrentamos alguns problemas, tais como: má infraestrutura relacionada ao transporte público; descontinuidade de serviços em postos de saúde; situações de violência, entre outros.

Entretanto, esses fatores, que já existiam, agravaram-se ainda mais durante a pandemia e pós pandemia. Isso levou-me a refletir: "Se eu, que resido em Ceilândia, relativamente perto do centro da Região Administrativa (e também um território que fica a aproximadamente 30 km do coração político do Brasil), passei por diversos contratemplos durante a pandemia, imagine as pessoas residentes da RA XXXII". Para se ter uma dimensão da dificuldade, o Sol Nascente/Pôr Sol é considerado, atualmente, segundo dados do IBGE¹, a maior favela do Brasil (IBGE, 2023).

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), os territórios da RA XXXII, que foram recentemente reconhecidos legalmente como uma RA no DF, fato ocorrido em 2019, por meio da Lei nº 6.359, de 14 de agosto de 2019 (Distrito Federal, 2019). Tendo em vista o fato de ser uma RA recente e com poucos equipamentos públicos presentes nos territórios, tal situação corrobora na utilização de

¹ Saiba mais em: Reis e Doyle (2023).

serviços públicos localizados em Ceilândia para cobertura de atendimento populacional (CODEPLAN, 2022).

Segundo o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 2020, divulgado pela antiga Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), das 33 regiões administrativas do DF, a RA XXXII era a segunda região mais vulnerável socialmente, atrás somente da Estrutural (CODEPLAN, 2020). Ademais, o Sol Nascente está dividido em Trecho I, trecho II, Trecho III e Pôr do Sol e dentre os citados, o Trecho III é o mais carente e, segundo dados do IBGE - durante a coleta de dados para o Censo de 2022 -, é uma região com grande necessidade de recebimento de políticas públicas. (IBGE, 2023).

Dessa forma, este estudo buscará compreender a realidade territorial, na constante relação com processos de desenvolvimento, como apontado por Santos (2003), que compreende o território como chão e a população para a formação de uma identidade, levando em consideração o sentido de pertencimento de seu povo.

Para tanto, a gestão participativa pode ser uma grande aliada para fortalecimento da governança territorial local, ainda mais em contextos de crises sanitárias. Esse fator pode ser relevante para entender e escolher as melhores estratégias possíveis para enfrentar esses momentos, uma vez que os próprios moradores são os grandes conhecedores das situações vividas e das mazelas enfrentadas no cotidiano pelos locais (Maia, 2021).

Por conseguinte, torna-se necessário entender como o projeto RRDF, que é baseado na Agenda 2030, pode atuar em momentos de crise. Almeja-se compreender de que maneira os dados gerados pelo projeto em questão podem ser usados tanto pela população quanto pelo governo, visando fortalecer a governança local das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Posto isso, a pergunta central que norteia esse estudo é: em que medida se dá o fortalecimento da governança territorial em territórios vulnerabilizados, em momentos de crise, por meio do projeto RRDF?

Ainda, como objetivo geral deste estudo, buscou-se compreender como se deu o processo dialógico entre representantes do Estado e da sociedade civil, identificando elementos que contribuíram para a governança territorial na RA XXXII, sob a lente da

Rede Sol, durante o período de 2021 a 2024. Os sujeitos localizados nos territórios em questão, por residirem na periferia, são parte de um dos grupos que mais sofreram maior impacto e dificuldades em momentos de crise como a da Covid-19 (Matta *et al.*, 2021).

Como objetivos específicos, destacam-se: 1. identificar e mapear instituições sociais que contribuem com a Rede Sol; 2. compreender a dinâmica da governança territorial na Rede Sol; e 3. analisar como o projeto RRDF pode ter contribuído com processos de governança territorial da Rede Sol durante sua implementação.

Para encontrar a resposta dessa indagação e alcançar os objetivos propostos, foi necessária imersão dentro dos territórios (Sol Nascente e Pôr do Sol), na rede social local denominada Rede Sol e no projeto RRDF. Tal projeto possui dois atores principais para a sua condução: a antiga Codeplan, atual Instituto de Estatística e Pesquisa do Distrito Federal (IPEDF); e o CoLaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade (CTIS) da Fiocruz Brasília - local em que fiz minha Residência de Políticas Públicas exigida pelo Curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Universidade de Brasília (UnB) – que é o responsável pela condução do projeto.

Diante do exposto, pode-se compreender que esta pesquisa permite contribuir de forma teórico-prática para o campo de públicas. Perante o exposto, em buscas realizadas em repositórios digitais, percebe-se que há poucos trabalhos que relacionam o território da RA XXXII com um recorte voltado à governança territorial. Isso acaba gerando uma carência maior de ações voltadas para esse território, além de que muitas das pesquisas existentes não são apresentadas para as pessoas da própria região e isso gera conhecimento restrito ao ambiente acadêmico.

Portanto, com a elaboração desse trabalho, pode-se entender como as políticas públicas chegam a localidades periféricas em momentos de crise e como elas lidam com essa situação. Um adendo importante é que os resultados desta pesquisa, após concluída a etapa da escrita e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), serão devolvidas e debatidas no território analisado, como forma de devolutiva para a sociedade, para que as pessoas da região as conheçam melhor.

A seguir serão apresentados os próximos capítulos deste estudo, a fim de contribuir com melhor entendimento deste trabalho. Sendo eles: referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados e discussões e considerações finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o alcance da proposta deste estudo, far-se-á necessário abordar conceitos importantes como Agenda 2030, desenvolvimento sustentável, política pública, ação pública, gestão participativa, governança territorial, territórios vulneráveis e redes sociotécnicas (RST), para melhor compreender a lógica da pesquisa. Estes serão os responsáveis por guiar e embasar as análises dos dados obtidos e possibilitar, com isso, alcançar os objetivos propostos.

1.1 Agenda 2030 e Desenvolvimento Sustentável

Para estabelecer uma conexão mais abrangente, neste estudo, entre o pensamento global até o nível local para a sobrevivência das gerações atuais e futuras de forma sustentável, especificamente nos territórios - como espaços em que são materializadas as políticas públicas -, proceder-se-á com a explicação da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) globais (Maia, 2021; ONU, 2015).

Tal Agenda foi decidida em um evento sediado em Nova York, no período de 25 a 27 de setembro de 2015, sendo constituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) e representada pelos chefes de Estado de seus países-Membros, sendo o Brasil um desses signatários (ONU, 2015). Ela pode ser considerada, atualmente, como o maior pacto global em atividade e compreendida como pauta para reivindicação de políticas (Maia, 2021).

Nesse evento, foram intitulados 17 ODS que poderiam contribuir com processos de desenvolvimento sustentável no planeta. São eles: 1. Erradicação da pobreza, 2. Fome zero e agricultura familiar sustentável, 3. Saúde e bem-estar, 4. Educação de qualidade, 5. Igualdade de gênero, 6. Água potável e saneamento, 7. Energia limpa e acessível, 8. Trabalho decente e crescente econômico, 9. Indústria, inovação e infraestrutura, 10. Redução das desigualdades, 11. Cidades e comunidades sustentáveis,

12. Consumo e produção responsável, 13. Ação contra a mudança global do clima, 14. Vida na água, 15. Vida terrestre, 16. Paz, justiça e instituições eficazes, e 17. Parcerias e meios de implementação (ONU, 2015). Tais ODS possuem 169 metas a serem desenvolvidas em diversos países do mundo, tendo como alvo alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental (ONU, 2015).

Os objetivos e metas da Agenda 2030 que foram supracitados são baseados em áreas de grande importância para todos, tais como: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Para cada área citada, são descritas metas a serem alcançadas (ONU, 2015).

O lema da Agenda 2030 é “ninguém será deixado para trás”, possuindo alcance que a faz ser reaplicável e aceita em qualquer parte do mundo, trazendo em conta os diferentes níveis de realidade, capacidade e desenvolvimento. Ele ratifica que cada país possui suas próprias prioridades e políticas, de forma sustentável para o futuro (ONU, 2015).

A relação entre a Agenda 2030 e seus 17 ODS perpassa por uma discussão de formulação e implementação de políticas públicas para a sociedade, com foco em processos de desenvolvimento sustentável para melhoria da qualidade de vida das pessoas, até mesmo para pensar em soluções visando a redução de desigualdades sociais e elevação do bem-estar das pessoas. Tais tópicos serão abordados no próximo subcapítulo.

1.2 Política Pública e Ação Pública

A conceituação de política de acordo com Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2012), desde os seus primórdios, o estudo das políticas públicas apresenta duas vertentes, uma da ciência política e outra da sociologia. Na primeira, Estado e governantes conduzem e organizam a sociedade, nelas há a predominância e o favorecimento de uma visão demasiadamente racional e hierárquica (Lascoumes; Le Galès, 2012). Reiterando o fato exposto acima, os autores Smith e Larimer (2009), tendo compreensão de que a Política Pública contém muitas variáveis em suas definições, expuseram o seguinte pensamento:

Não há definição de políticas públicas precisa e universal [...]. Há uma visão comum de que as políticas públicas envolvem o processo de fazer escolhas e os resultados das escolhas; de que o que faz as políticas públicas realmente “públicas” é que essas escolhas se baseiam nos poderes coercitivos do Estado, e que, em sua essência, a política pública é uma resposta a um problema percebido (Smith; Larimer, 2009, p. 04).

A partir de uma análise do que foi dito acima pelos autores sobre política pública, percebe-se que o Estado é o principal tomador de decisões, atuando assim de forma hierárquica. Nas políticas públicas, essa forma hierárquica e centralizada de tomar decisões é denominada *top-down*, ou seja, é um modelo constituído de cima para baixo (Dye, 2001).

Segundo os pesquisadores Lopes, Amaral e Caldas (2008), o modelo citado acima atua de forma centralizada, tendo pouca participação do público beneficiado. Deste modo, “[...] ele repete uma concepção hierárquica da administração pública, segunda a qual a decisão tomada pela administração pública seja acatada e cumprida pelos demais envolvidos, sem questionamentos [...]” (Lopes; Amaral; Caldas, 2008, p. 15).

Na segunda perspectiva, ainda elaborada por Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2012), retrata-se que a ação pública procura analisar as interações tanto individuais quanto em grupos, como se dá a formação dos mesmos, os conflitos que possuem, entre outros. As causas de mudanças são advindas dos grupos de interesses e principalmente dos movimentos sociais, os quais possuem papéis importantes nas transformações e contestações das políticas.

Até por isso, o Estado e os atores públicos nessa visão são apenas um elemento entre vários outros existentes. A estruturação política nesse modelo já não é mais o ponto focal, mas sim a coordenação. Diante do exposto, percebemos que essa análise favorece a perspectiva *bottom-up* (Lascoumes; Le Galès, 2012).

Tal modelo reflete a importância da participação social dos moradores no processo de construção de políticas públicas, pois contribui com a elevação das certezas sobre como melhor compreender determinados fenômenos, a partir dos *feedbacks* da sociedade. Ele faz com que o gestor e/ou formulador de políticas consigam melhor clareza na compreensão, refletindo em mais assertividade em suas decisões gerenciais (Maia, 2021). A principal diferença para o modelo *top-down* é a participação da

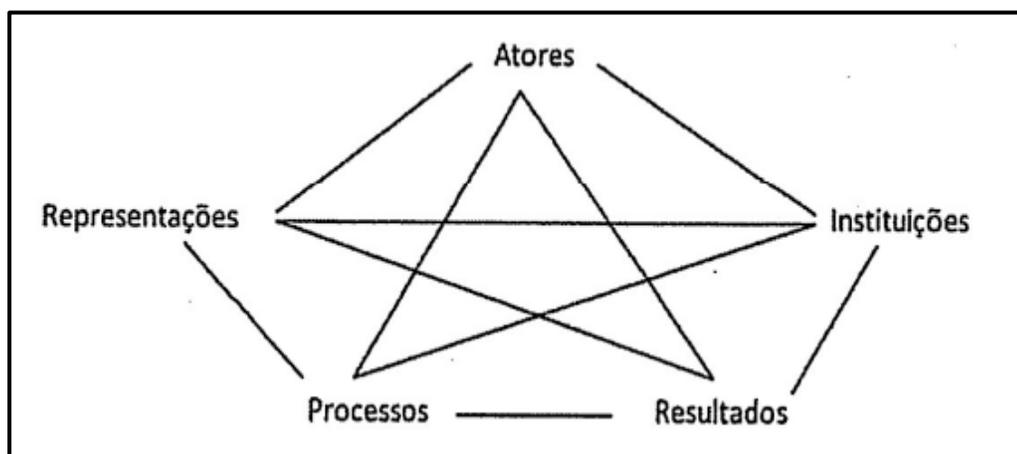
sociedade, assim, optamos pelo modelo bottom-up para contribuir com a compreensão deste estudo.

Como citado acima, a ação pública possui a lógica de se voltar para o público-alvo, situação na qual a própria sociedade pode participar dos processos de definição, formulação ou até mesmo construção do problema. Em vista desse fator, optou-se por utilizar a ação pública nesse trabalho. A referida participação social surge como elemento-chave para a ação pública, a partir de espaços governamentais criados para que a sociedade possa contribuir com suas percepções de vivência, gerando maior precisão para processos de formulação e avaliação de políticas para a sociedade, fato que traz elementos importantes de democracia, inclusão e justiça social, com respectivos significados (Lascoumes; Le Galès, 2012; Maia, 2021).

Logo, é um diferencial a participação de movimentos sociais representando em alguma instância o território escolhido. Em nosso caso, optou-se por analisar a Rede Sol que atua na RA XXXII, pois o engajamento desse movimento permite um diálogo e implementação mais assertivo, visto que convivem com a população local.

Deste modo, a ação pública, segundo Lascoumes e Le Galès (2012), possui um modelo de análise denominado Pentágono de Políticas Públicas (PPP), o qual é composto por cinco elementos que se relacionam entre si, sendo: Atores, Instituições, Resultados, Processos e Representações (Ver figura 01).

Figura 1 – Representação do PPP



Fonte: Lascoumes e Le Galès (2012, p. 45).

Destaca-se aqui, entre os citados, a dimensão "atores" que possui um certo grau de liberdade, sejam eles individuais ou coletivos, voltados para interesses em comum (Lascoumes e Le Galès, 2012). Na Rede Sol, os atores são os moradores, líderes comunitários e os representantes das instituições.

As instituições são formadas por normas, regras e rotinas que regem as interações (Lascoumes e Le Galès, 2012). No projeto analisado, as instituições são a Rede Sol, os representantes das instituições sociais, os ativistas, os líderes territoriais e seus moradores, enquanto na RRDF, os professores, os técnicos e os pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) – em 2020, houve mudança de nome após início do governo Ibanês, deixando de ser a CODEPLAN.

Os processos são as formas de interação e sua reconstrução no tempo de forma a justificar as múltiplas atividades de mobilização (Lascoumes e Le Galès, 2012). No estudo, os projetos analisados ocorrem por meio de reuniões, aulas e encontros.

Ainda em conformidade com Lascoumes e Le Galès (2012), as representações são os espaços criados que geram significados às ações e os resultados, por sua vez, são os efeitos da ação pública como impacto, *per se*, na sociedade.

A ação pública dialoga diretamente com processos de governança territorial, sobretudo quando se trata de contribuir para a formulação de políticas, a partir das percepções da sociedade, colhidas por meio de participação social, com foco na construção de soluções para a sociedade (Maia, 2021). Compreender isso significa que as interações que ocorrem nos ambientes para dar vida à ação pública, nesse caso, de forma transversal e participativa, através dos saberes populares e suas experiências vivenciadas nos territórios (Cruz, 2020), podem ser pontos interessantes para melhor compreensão desta pesquisa para a devida análise dos fenômenos que ocorrem na RA XXXII.

1.3 Governança Territorial

A Governança Territorial é o meio que intermedia a relação entre ação pública e participação social, já que as suas principais atribuições dizem respeito ao

gerenciamento, organização e mediação de conflitos e interesses (Dallabrida, 2006). Porém, para entender melhor esse conceito, é necessário, inicialmente, dizer o que se estende por governança e território.

O território pode ter várias definições e recortes, mas a partir de Haesbaert (2007), depreende-se que a Ciência Geográfica propõe três vertentes básicas para a concepção de território, sendo elas: a política, a cultural e a econômica. A política apresenta o território como um espaço delimitado e controlado que possui relações de poder, as quais, na maioria das vezes, referem-se ao poder político do Estado. Entretanto, este compreende múltiplos poderes atualmente.

O aspecto cultural entende o território como um espaço de valorização simbólica e de apropriação, ou seja, que possui características ou pontos que ligam as pessoas a esses territórios e fazem com que tenham particularidades em comum, gerando assim uma cultura própria daquela região. Em terceiro, ainda segundo Haesbaert (2007), temos a vertente econômica, que considera o território “[...] como fonte de recursos e local de lutas entre classes sociais ou entre capital-trabalho [...]” (Haesbaert, 2007, p. 75).

A partir dessas definições, o território pode ser compreendido como uma “[...] fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam no âmbito espacial [...]” (Dallabrida, 2006, p. 161).

Por outro lado, o geógrafo brasileiro Milton Santos sugere a seguinte definição:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem” (Santos, 2007, p.14, grifo do autor).

Posto isso, os conceitos de governança e de território são muito analisados entre os estudiosos. Para Rosenau (2000), a governança abrange as instituições governamentais e as não governamentais também e possui como finalidade fazer com

que as pessoas sigam uma determinada conduta, respondam às demandas estabelecidas etc. Ou seja, a governança é a capacidade de implementar/administrar de forma eficiente e eficaz. Ainda em seu livro, Rosenau (2000) explica que a governança precisa ser aceita pela maioria para funcionar ou, caso isso não ocorra, necessita ao menos que os atores mais poderosos a aceitem. Isto posto, ter em mente a noção de governança territorial será imprescindível para esta pesquisa.

Assim, a governança territorial pode ser entendida como “[...] o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia, para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores [...]” (Pires *et al.*, 2011, p. 36). Em outras palavras, a governança territorial procura organizar e administrar, por meio de estatutos, normas e leis, os interesses em comum de um determinado espaço, chamado de território. Destarte, a governança deve levar em conta o modo de viver das pessoas para que haja uma melhor articulação política, uma vez que é ela a responsável por gerir os recursos em função do bem-estar público.

Entretanto, a forma de gerir esses recursos vai de acordo com cada território, seja ele grande ou pequeno, com muitas pessoas ou poucas e até mesmo vulneráveis ou não. Contudo, aqueles que são vulneráveis possuem situações delicadas que pedem um melhor acompanhamento da governança territorial.

Diante dessa explicação acerca de desenvolvimento, ação pública e governança territorial, torna-se importante compreender melhor a lógica da gestão participativa, nesse contexto, para melhor tecer o processo dialógico entre o território da RA XXXII e o projeto RRDF, que também são elementos essenciais deste estudo.

1.4 Gestão Participativa

A partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2024) foi marcado o processo democrático brasileiro, corroborando com as lutas sociais por liberdade. Assim, o Governo Federal está cada vez mais estimulando a participação social.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) traz em seu artigo XXI, inciso I, a ideia da participação das pessoas nas escolhas: “[...] todo homem tem o direito a tomar parte no governo de seu país diretamente, ou por intermédio de representantes

livremente escolhidos [...]” (ONU, 1948). No Brasil, um dos meios pelo qual as pessoas podem participar das escolhas é pelo voto direto e secreto, quando se elege um representante.

De acordo com Paiva (2016), gestão participativa pode ser compreendida como o estímulo à participação de pessoas em um determinado processo de decisão que envolve resolução de problemas com base em evidências, por exemplo, em um território onde há um planejamento construído pelo grupo de moradores com objetivos e metas a serem alcançadas para garantir melhor qualidade de vida à população local. Diante disso, torna-se relevante que o processo participativo em determinada comunidade seja paritário, pois, conforme Cardoso (2012), tal atributo relacionado à interação entre atores permite influenciar decisões relacionadas a políticas públicas, por exemplo, de forma igualitária junto a eventuais organizações públicas.

Essa participação social é assegurada no Brasil pelo decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que estabelece a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Ela viabiliza, por meio de diretrizes, meios para fortalecer o diálogo entre o governo e a sociedade civil de forma não hierarquizada. Por conta disso, a atuação da população pode ocorrer em todo o ciclo das políticas públicas, desde a definição da agenda governamental até a avaliação daquelas já implementadas.

Entretanto, em 11 de abril de 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o decreto nº 9.759 foi publicado, extinguindo e estabelecendo outras diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, que é onde ocorre a participação popular. No entanto, foi revogado por outro Decreto de número 11.371 no dia 1 de janeiro de 2023, no governo do atual presidente, Lula². Desse modo, com o retorno dos espaços de participação social, a gestão participativa será de grande importância na construção de políticas públicas, sobretudo para os territórios.

1.5 Sol Nascente e Pôr do Sol e o projeto Rede de Radares DF: Sala de Cooperação Social

² Cf BRASIL (2014; 2019; 2023).

Os territórios da RA XXXII foram legalmente reconhecidos há pouco tempo, em 2019, por meio da Lei 6.359, de 14 de agosto de 2019, quando foi reconhecida como RA (Distrito Federal, 2019). De acordo com a PDAD, em 14 de agosto de 2022, a RA XXXII, que completava três anos, possuía uma área de 4.049, isto é, 17 hectares (CODEPLAN, 2022).

Além disso, a RA XXXII é constituída de setores habitacionais diferentes, que surgiram com o aumento da cidade de Ceilândia. Tendo em média de 80 moradias, o Sol Nascente começou a crescer de forma irregular por volta dos anos de 1990, apenas em 2008 as duas regiões foram consideradas como setores habitacionais de Ceilândia, por meio da sanção da Lei complementar nº 785 (Distrito Federal, 2008). Desta maneira, os territórios da RA XXXII passaram a ser áreas de Regularização de Interesse Social (CODEPLAN, 2022). Destarte:

Os acréscimos dos setores Pôr do Sol, que abrangem a área abaixo do setor P Sul, e o setor Sol Nascente que, por ser tão extenso, é dividido em três trechos: Trechos 1, 2 e 3. O Trecho 1 abrange a área que se estende do lado do setor P Sul (5) até próximo à Feira do Produtor; o Trecho 2 tem seu início nos fundos da Feira do Produtor e se estende até os fundos do setor P Norte (4); e o Trecho 3 termina ao lado do setor QNQ (9) e do Setor QNR (10)28 (CODEPLAN, 2022, p. 14).

Isso dito, a partir da efetivação em lei, O Sol Nascente/Pôr do Sol – agora RA XXXII - deixou de fazer parte da Região Administrativa de Ceilândia. Segundo os relatórios da PDAD realizados em 2021, a região era composta por 93.217 pessoas, em que 50,3% pertencem ao sexo feminino e 49,7% ao masculino. Dentre os citados, 53,9% são da cor parda e, em relação à cobertura de plano de saúde privado, apenas 6% declaram obter. Em relação ao valor médio de remuneração, ela girou em torno de R\$ 1.578,78 (CODEPLAN, 2022).

Diante do que foi citado, observa-se que as pessoas residentes na RA XXXII são em sua maioria de baixa renda. Atualmente, de acordo com a prévia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como já mencionado, a região é considerada a maior favela do Brasil (IBGE, 2023).

A RA XXXII pode ser considerada como um território vulnerabilizado, os quais são carregados de desigualdades, sendo que alguns fatores podem levar essas

vulnerabilidades e desigualdades a aumentarem ou a diminuïrem, dentre esses pontos estão: território em que a região está inserida, faixa etária, cor, sexo e em muitas vezes o nível de alfabetização (Cutter, 2011).

A depender do campo em que é analisada, a Vulnerabilidade pode ter diversos conceitos. Alguns autores levam em conta o contexto ambiental, climático, socioeconômico entre outros. Para Cutter, a vulnerabilidade social é:

[...] o potencial para a perda. A vulnerabilidade inclui quer elementos de exposição ao risco (as circunstâncias que colocam as pessoas e as localidades em risco perante um determinado perigo), quer de propensão (às circunstâncias que aumentam ou reduzem a capacidade da população, da infraestrutura ou dos sistemas físicos para responder a se recuperar de ameaças ambientais) (Cutter, 2011, p. 60).

Em contrapartida ao que foi proposto por Cutter (2011), o IPEA (CODEPLAN) possui o IVS, que foi arquitetado por meio dos indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil.

Ao analisar o IVS, percebe-se que a vulnerabilidade não está só associada à renda, mas também à ausência de serviços considerados básicos para a vida. Em concordância com este fator, Milton Santos (2012) expressa que ser mais ou menos cidadão vai depender do território em que você está inserido. Enquanto um lugar pode corroborar com a pobreza de uma pessoa, em outro a mesma pode ter acesso facilitado a bens e/ou serviços que antes não eram lhe concedidos.

Diante do exposto, podemos compreender que o território em que uma pessoa está inserida pode corroborar ou não com sua vulnerabilidade. Ou seja, para um território ser considerado vulnerável, deve ser levado em conta tanto as características do território como as pessoas que residem no mesmo.

Para adentrarmos no nosso recorte espacial do projeto apresentado, vamos usar a definição de território vulnerável de Batista, Carvalho-Silva e Alves (2013):

Tomamos por territórios vulneráveis aqueles espaços criados nas metrópoles pelas desigualdades socioespaciais e que conjugam, no caso da cidade de São Paulo, localização periférica, isolamento espacial e grande concentração de baixa renda e escolaridade, implicando, desse modo, segregação socioespacial, bem como reduzido acesso da população a direitos básicos. Essas características têm por consequência

a reprodução das desigualdades e da pobreza (Batista, Carvalho-Silva; Alves, 2013, p. 5).

Em acordo com o trecho citado, utilizaremos como território de pesquisa a área da RA XXXII, que se encaixa de forma bem resumida com o trecho acima devido, como citado, ao processo de ocupação e regularização e à quantidade populacional atual.

A localidade é constituída por pessoas vindas de diversas áreas desde o Nordeste até localidades próximas da região Centro-Oeste. Segundo dados do IVS, a região da RA XXXII possui o maior índice de desigualdade entre as 33 RAs.

Tendo o conhecimento de que esses dados se baseiam em infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, percebemos que a região estudada possui grande vulnerabilidade territorial, que se agravou ainda mais em momentos de crise, como o caso da pandemia da Covid-19.

Neste contexto de crise e vulnerabilidade, as redes RST, como espaços de "[...] interação de saberes, que torna a translação um fenômeno que impacta as inter-relações de forma a impulsionar a espiral da aprendizagem pela troca de saberes [...]" (Martins, W.; Martins, C., 2017), surgem com o intuito de tentar mitigar os impactos causados nesses territórios a partir da capacidade de resiliência da própria sociedade. E é justamente a partir da Rede Sol, rede sociotécnica local, que se dá a entrada do projeto RRDF.

O projeto se utiliza da gestão participativa como motor de propulsão para o diálogo, com foco na compreensão da real situação existente e contribuição para que a sociedade possa se organizar para atuar na governança territorial, mesmo diante de contextos adversos como a crise sanitária que foi instalada pela Covid-19.

Tal projeto, de iniciativa da Fiocruz com o IPEDF, iniciado em 2021 e finalizado em 2024, buscou, por meio da Rede Sol, a participação popular na implementação do projeto. Vale ressaltar que ele não abarcou todos os territórios do DF, já que se trata de um projeto pontual, o qual está sendo realizado na RA XXXII, local que foi escolhido por conter, como já citado, um alto IVS.

O objetivo do projeto RRDF é prover condições à sociedade de atuar no foco do monitoramento de indicadores a longo prazo e das vulnerabilidades sociais relativas à Covid-19, de forma a fortalecer processos de governança territorial através de políticas

públicas que contribuam com o desenvolvimento. Para isso, utiliza-se a Agenda 2030 da ONU como elemento norteador desses objetivos (Caixeta, 2022a; Sellera *et al.*, 2019).

Dessa forma, diversos produtos como tecnologias sociais - soluções inovadoras criadas conjuntamente com a sociedade (Dowbor, 2007) - foram desenvolvidos ao longo de uma pesquisa-ação junto com representantes da sociedade do Sol Nascente/Pôr do Sol e que poderão contribuir no processo de monitoramento e avaliação de indicadores dos territórios da RA XXXII dentro do horizonte temporal proposto para 2030. Destaca-se aqui a elaboração de diversas tecnologias sociais de forma participativa ao longo dos anos de 2022 e 2023, tais como: painéis de dados (*dashboards*); realização de cartografias sociais com posterior georreferenciamento para transformá-las em mapas digitais; construção de cenários de futuro para geração de capacidades no presente pela sociedade e uso de indicadores sociais locais que dialogam com os existentes da Agenda 2030 (Maia *et al.*, 2023).

Todas essas soluções desenvolvidas foram disponibilizadas na Sala de Cooperação Social (SCS) para que os representantes sociais no projeto tivessem acesso, como uma forma de devolutiva à sociedade, estimulando que tais pessoas da Rede Sol pudessem dialogar cada vez mais acerca dos pontos de interesse dos territórios (Maia *et al.*, 2023).

Em paralelo, também foi pensada uma ação formativa junto com representantes da RA XXXII para a capacitação de 20 pesquisadores populares, com formação como curso livre e recebimento de bolsa de pesquisa para os alunos estudarem por 6 meses. Ao final do prazo, entende-se que esses alunos serão capazes de realizar uma pesquisa participativa sobre a realidade dos territórios, refletindo o conceito de ciência-cidadã, trazido por Irwin na década de 90, que se trata da sociedade sendo capaz de gerar ciência por meio de pesquisas aplicadas (Irwin, 1995).

A SCS pode ser compreendida como uma plataforma de inteligência cooperativa, espaço virtual e de acesso público que contribuirá para estimular conversas com os participantes da Rede Sol acerca de temas prioritários nos territórios relativos às condições de vida das pessoas, a partir do uso de informações estruturadas (fontes secundárias) e não-estruturadas (fontes primárias) para prover a devida orientação pela rede, contribuindo com a integração entre a pesquisa, as ações estratégicas na busca de

soluções para os problemas locais e a educação (Caixeta, 2022b; Martins, C. *et al.*, 2023).

Assim, após compreender todo o aporte teórico, passaremos para a metodologia proposta para este estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa embasam-se na busca sistemática que suplementam e colaboram para o objetivo deste trabalho. Desta maneira, objetiva-se pesquisar os insumos que contribuem para o processo de governança territorial para o desenvolvimento, a partir do projeto supracitado, e como ocorre a sua implementação, com foco na troca de informações e, por consequência, na busca de maior impacto nas ações territoriais. Deste modo, foram eleitos para este estudo os territórios da RA XXXII no DF, tendo em vista a inserção do período de residência desta pesquisadora junto ao CTIS da Fundação Oswaldo Cruz Brasília, responsável pela condução do projeto acima – elemento importante de entrada na rede sociotécnica das comunidades em questão.

Assim, este estudo foca no uso de dados qualitativos, conforme orientação de Minayo e Sanches (1993), a partir de fontes secundárias, junto ao lado social dos sujeitos observados, para obtenção de informações mais robustas acerca dos processos e das interações dos sujeitos para melhor compreender fenômenos, considerando a dificuldade de compreender contextos considerados complexos. Portanto, este é um estudo exploratório (observação de estudo de caso aplicado), descritivo (descrição de processos), analítico (análise das observações) e aplicado (problemas reais vivenciados pela sociedade de forma prática) (Gil, 2008).

Diante disso, ao buscar responder às indagações citadas da melhor forma possível, fez-se uso da combinação de método, técnicas e instrumentos para o alcance dos objetivos propostos, sendo dividido da seguinte forma: o método definido é o estudo de caso aplicado de Yin (2005); as técnicas foram a pesquisa bibliográfica de Kripka, Scheller e Bonotto (2015), a observação participante de Marietto e Sanches (2013), assim como a triangulação de dados e a análise de conteúdo como preconiza Triviños (1987);

e os instrumentos – que foram o diário de campo e a planilha para tabulação de dados (Ver anexo).

A escolha do uso da metodologia de estudo de caso aplicado para este estudo se deve ao fato da importância de proceder com a investigação do objeto, visando a busca de informações sobre fenômenos que ocorrem nos territórios - sejam a nível individual ou organizacional, além de políticos ou sociais - e junto aos sujeitos observados para ampliar a sua compreensão, contribuindo para geração de detalhes que permitam ter uma visão holística da realidade (Yin, 2005).

A técnica da pesquisa documental foi eleita para este processo, tendo em vista as orientações de Kripka, Scheller e Bonotto (2015) para composição de *corpora*, a partir de publicações governamentais (censos da PDAD/2022 e do IBGE/2022), das listas de presença das reuniões da Rede Sol e suas atas, sendo tabuladas as informações em texto e planilhas.

A técnica de observação participante de Marietto e Sanches (2013) está em conformidade com essa perspectiva do estudo, pois permite retratar as ações da comunidade observada de forma natural, para busca de informações para compreender os fenômenos existentes nos territórios, sendo os dados tabulados em um diário de campo como instrumento. Essa técnica teve quatro categorias de análise eleitas para observação, norteadas pelo Pentágono de Políticas Públicas (PPP) de Lascoumes e Le Galès (2012): atores, processos, representações e resultados.

A técnica de triangulação de dados possui como objetivo “[...] abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo [...]” (Triviños, 1987, p. 138). Assim, esta técnica permitirá confrontar os fatos observados e refletidos para comprová-los a partir de três ângulos de análises, os quais são: processos e produtos centrados no sujeito; elementos produzidos pelo meio do sujeito; e processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social do sujeito (Triviños, 1987).

Por fim, ressalta-se que a técnica de análise de conteúdo foi norteadada pelos conhecimentos de Triviños (1987) para geração de conteúdo latente, advindo da análise crítica, por meio de três etapas: a pré-análise; a descrição analítica e a interpretação inferencial (Triviños, 1987, p. 161).

2.1 Procedimentos para pesquisa de campo

Assim, durante os meses de setembro/2023 a março/2024, foi possível participar de encontros mensais da Rede Sol - de dezembro/2023 a janeiro/2024 não houve reuniões, de atividades que ocorreram nos territórios e proximidades - como o PDOT organizado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) - assim como aulas teóricas e saídas de campo dos pesquisadores populares que estavam sendo formados no projeto e, eventualmente - de forma aleatória -, nos territórios enquanto realizava pesquisa de campo. Cabe ressaltar aqui que o projeto RRDF já estava em andamento, na fase de formação dos pesquisadores populares (última etapa de execução), tendo já sido ultrapassadas as fases de investigação territorial e de planejamento de futuro junto com os representantes da Rede Sol.

Dito isso, a conduta de atuação durante este processo foi guiada por Gold (1958), Marietto (2018) e Demo (1995), tendo em vista a participação desta pesquisadora no cotidiano dos pesquisadores populares no campo (mais observadora que participante), a fim de conhecer a mecânica da RA XXXII, organizando o diário de campo com as anotações elencadas de forma descritiva - realizadas durante a observação - e com anotações reflexivas – logo após a observação.

Diante do exposto, o primeiro passo dado foi a aproximação na rede, fato recebido de muito bom grado pelos seus representantes, pois houve uma contrapartida, no sentido de estar presente de forma contributiva, participando com a organização da pauta e dos registros para a construção das atas das reuniões mensais que ocorreram na Rede Sol durante o período da pesquisa.

Dito isso, essa entrada foi feita de maneira cuidadosa - para que as pessoas não mudassem sua forma de agir. Primeiramente, ocorreu a apresentação do observador para com o grupo observado. Após isso, a pesquisadora utilizou o instrumento do diário de campo para a coleta de dados, no sentido de levantamento de evidências empíricas para o estudo de caso aplicado, de tal sorte que foram sendo anotadas as informações pertinentes para futuras análises, transcrevendo-as sob a forma de descrição. Ressalta-se que as opiniões e os pensamentos dos sujeitos observados transpostos para o diário

não possuíam identificações, para preservação do sigilo, tampouco foram compartilhados.

Após as devidas coletas, o processo analítico-reflexivo era realizado logo na sequência, permitindo inferir situações e indagações acerca dos fatos observados, práticas essas que contribuíram com o processo de análise do conteúdo elencado. Assim, a partir dessas duas ações que contribuíram para o processamento de dados, foi possível triangulá-los juntamente com as percepções do arcabouço teórico e dos dados estruturados públicos, como os censos da PDAD 2021 (2022) e do IBGE 2022 (2023), a partir das categorias de análise eleitas que compuseram um quadro síntese que facilitará a compreensão final do capítulo de resultados e discussão, o qual será agora abordado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a explicação do capítulo metodológico, passaremos ao capítulo de resultados encontrados e suas devidas discussões. Para tanto, eles serão apresentados conforme cada categoria de análise elencada para este estudo, de acordo com as quatro dimensões do PPP já citadas: atores, processos, representações e resultados (ver Apêndice 1).

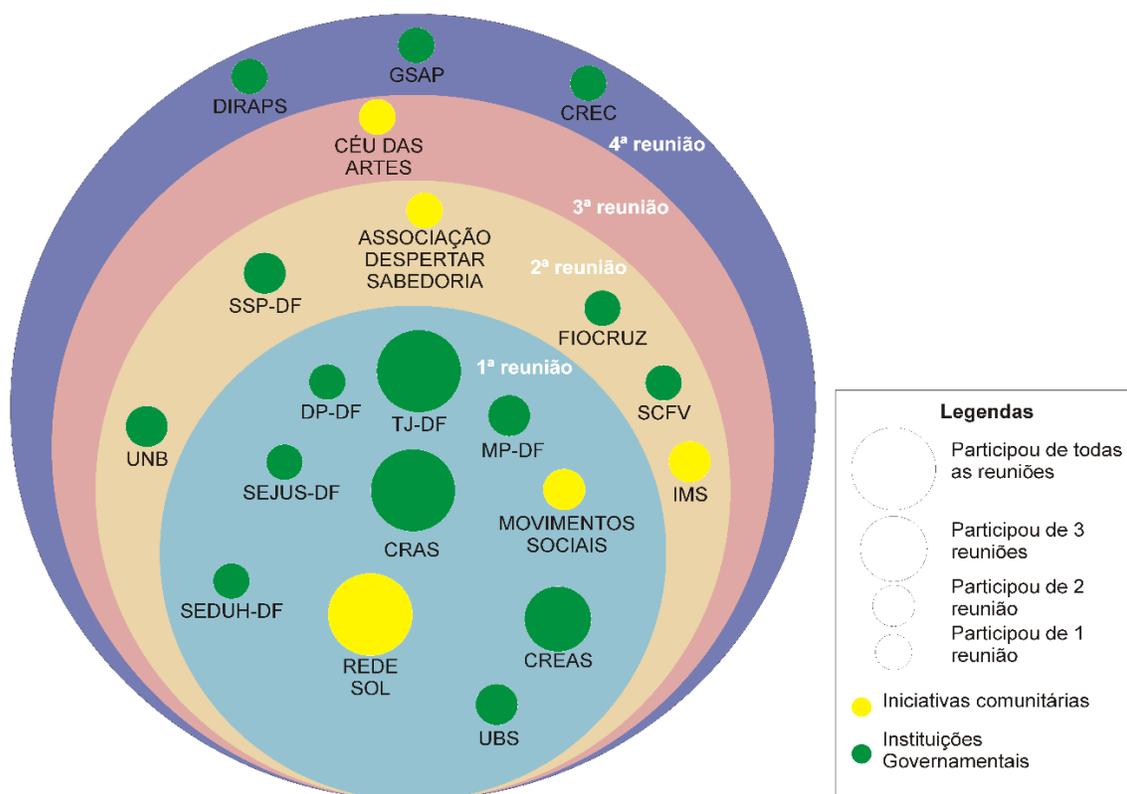
Os dados coletados derivam das listas de presença dos encontros da Rede Sol, das atas de suas reuniões, de relatórios gerenciais e dos registros realizados no diário de campo. A partir dessas fontes de dados, foi possível elencar o rol de atores, aqui no sentido de atores não-humanos (Latour, 2012), como as instituições, para facilitar a compreensão de nossa busca.

Para facilitar o entendimento, neste capítulo foram utilizadas de forma concomitante as orientações de Triviños (1987), tanto para a descrição analítica dos fatos observados seguida da interpretação inferencial (processo analítico-reflexivo), quanto para a triangulação dos dados interpretados, conforme explicado no capítulo metodológico, para cada uma das dimensões supramencionadas.

3.1 Dimensão de Atores

Diante disso, a dimensão atores, que possui um grau de liberdade - sejam individuais ou coletivos -, são voltados para interesses em comum (Lascoumes; Le Galès, 2012). Nesta observação, foi lançada a lente dos atores no sentido de “instituições”, até para ter o devido cuidado com identificação de pessoas, eticamente falando. Daí, no decorrer da observação participante, durante a inserção desta pesquisadora nas reuniões mensais da Rede Sol, foram identificados os atores, possibilitando desenhar o mapeamento, conforme a figura 02.

Figura 2: Mapeamento de Atores das Reuniões da Rede Sol



Fonte: elaboração própria.

Neste mapeamento, foi possível sistematizar as informações provenientes dos dados analisados, destacando a assiduidade de atores presentes nas reuniões observadas, formadas por instituições do Poder Executivo, bem como algumas do Judiciário, juntamente com órgãos autônomos. Elas foram divididas entre instituições

governamentais (abaixo apresentadas na cor verde) ou iniciativas comunitárias (abaixo apresentadas na cor amarela). Cabe ressaltar que, como aponta Rosenau (2000), o processo de governança abrange instituições governamentais e não governamentais, que tenham como intuito a realização de ações e demandas, para que, assim, ajudem as pessoas a seguirem uma determinada conduta.

Dito isso, foram observadas quatro reuniões da Rede, logo a imagem acima é composta também por quatro divisões, as quais:

- 1) A primeira foi realizada no dia 29 de setembro de 2023, tendo como pauta o tema: Políticas Públicas no Sol Nascente, onde contou com a participação da Defensoria Pública (Órgão autônomo), Fiocruz (Poder Executivo), Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Poder Executivo), Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (Poder Executivo) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT (Ministério Público), Unidade Básica de Saúde – UBS (Poder Executivo), Movimentos Sociais (Instituição de iniciativa comunitária), Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP-DF (Poder Executivo), Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJ-DF (Poder Judiciário), Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – SEDUH-DF (Poder Executivo) e Rede Sociotécnica Local (Instituição de Iniciativa comunitária);

- 2) A segunda Reunião foi realizada no dia 27 de outubro de 2023. Ela possuía como pauta o tema: ações para o Outubro Rosa, que tiveram como instituições participantes: Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos – SCFV (Poder Executivo), Instituto Mãos Solidárias – IMS (instituição de iniciativa comunitária), Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Poder Executivo), Universidade de Brasília – UnB (Poder Executivo), Associação Despertar Sabedoria (instituição de iniciativa comunitária), Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (Poder Executivo), Movimentos Sociais (instituição de iniciativa comunitária), Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP-DF (Poder Executivo), Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJ-

DF (Poder Judiciário), Rede Sociotécnica Local (instituição de iniciativa comunitária) e Fiocruz (Poder Executivo).

- 3) A terceira Reunião ocorreu em 24 de novembro de 2024 e teve como intuito confraternizar as realizações ocorridas durante o ano, por este motivo a pauta foi: Iniciativas Rede Sol 2024, onde participaram: Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJ-DF (Poder Judiciário), Instituto Mãos Solidárias – IMS (instituição de iniciativa comunitária), Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (Poder Executivo), Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS (Poder Executivo), Rede Sociotécnica Local (Instituição de iniciativa comunitária), Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Poder Executivo) e Céu das Artes (Instituição de iniciativa comunitária).
- 4) E a quarta e última reunião foi realizada no dia 20 de março de 2024, o espaço entre a terceira e quarta reunião foi grande por conta do recesso da Rede Sol que ocorreu durante os meses de janeiro e fevereiro, a pauta realizada foi referente a Atenção Primária, e contou com a participação de: Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJ-DF (Poder Judiciário), Ministério Público do Distrito Federal – MPDFT (Ministério Público), Gerencias de Serviços de Atenção Primária a Saúde – GSAP (Poder Executivo), Rede Sociotécnica Local (Instituição de iniciativa comunitária), Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Poder Executivo), Universidade de Brasília – UnB (Poder Executivo), Coordenação Regional de ensino de Ceilândia – CREC (Poder Executivo), Diretoria Regional de Atenção Primária a Saúde – DIRAPS e Unidade Básica de Saúde – UBS (Poder Executivo).

Diante do exposto, foi observado que no decorrer das reuniões novas instituições emergiam de forma gradual, fortalecendo ainda mais o escopo da Rede Sol. Entretanto, a percepção notada foi que, além da presença de representantes do MP, estavam presentes instituições públicas em peso vinculadas ao Poder Executivo, ocorrência que deflagra o desequilíbrio entre as instituições públicas que estiveram presentes nas reuniões, com a devida falta de órgãos de outros poderes, tais como legislativo e judiciário, na rede.

Desta forma, a presença dessas instituições é de suma importância para a questão da paridade em processos de gestão participativa e governança territorial, como apontado por Cardoso (2012) e Dallabrida (2006). Tais atributos são relevantes para contribuir em processos decisórios, os quais trarão elementos para serem discutidas ações territoriais, como, por exemplo, o planejamento local junto aos representantes (Cardoso, 2012; Paiva, 2016).

Em contrapartida, foi verificada também a presença de instituições de iniciativa comunitária, as quais trazem visibilidade e reconhecimento para o Território, fato que corrobora com a linha de pensamento de Paiva (2016), para que haja uma troca de informações mais assertiva e abrangente com diferentes postos de vista.

Foi possível, portanto, perceber que há diversidade de instituições (tanto públicas quanto privadas com foco no social), mas também há fragilidade apontada para efeito de buscar o equilíbrio entre atores sociais e políticos na relação intrarede, por exemplo, no sentido de haver mais participantes do poder legislativo para dentro da Rede Sol, de forma a ter representatividade nas discussões sobre questões territoriais. Em vista do que foi mencionado, foi possível alcançar o primeiro objetivo deste estudo. A seguir será apresentada a dimensão de processos, para melhor aprofundamento dos processos observados.

3.2 Dimensão de Processos

Esta categoria se refere à cooperação com a gestão local e à participação social nas ações, sendo que a observação foi realizada de forma variável, a depender das temáticas escolhidas e práticas desenvolvidas pelos participantes nos territórios.

A partir dos registros do diário de campo, foi possível perceber, no âmbito geral, que o projeto RRDF foi muito bem recebido e aceito pela comunidade da RA XXXII. Tanto que parte dos representantes da Rede, que se constituíram como pesquisadores populares, quando se encontram mencionam sobre o processo de cartografia social que foi realizado pela Fiocruz, destacando o mapa físico que vem sendo utilizado pela comunidade. A partir dessa discussão e da dinâmica da construção do mapa territorial

com os riscos apontados, foi possível identificar, quanto ao espaço, onde havia problemas em áreas temáticas como a saúde, a segurança e a assistência social.

Nesse sentido, ressaltam-se os apontamentos feitos pelos sujeitos observados em relação à construção da cartografia social no RRDF, que foi realizada conjuntamente com as pessoas e permitiu materializar, no mapa, as dificuldades que as pessoas que viviam no cotidiano, tendo sido um importante produto para a governança territorial (Maia *et al.*, 2023).

Ainda sob esse ponto de vista do projeto, outro ponto observado foi relativo ao reconhecimento das pessoas, pois, mesmo dentro da Rede, não se conheciam e, conseqüentemente, não compreendiam com o que elas trabalhavam. Infere-se que, a partir dos fatos observados, houve evolução no nível de integração das pessoas ao projeto e, conseqüentemente, na rede. Assim, apesar de haver parte de profissionais que não conhecessem a realidade existente, seja em relação à saúde ou a outras políticas, foi possível ter estabelecimento de maior conexão entre os atores internos por meio da dinâmica de ativação da rede, permitindo maior proximidade entre eles com melhor interação das ações pela Rede Sol, culminando em maior robustez à governança territorial (Dallabrida, 2006).

Um dos destaques positivos dos processos de formação do projeto se refere à observação da participação de parte dos pesquisadores populares da Rede Sol na reunião do PDOT para a discussão de fatores relevantes, onde puderam influenciar diretamente este espaço público de governança. Tal fato ratifica a importância da ação pública cooperativa entre Estado e Sociedade a partir do projeto, destacando a importância da concepção *bottom-up*, tanto para efeitos de formulação de políticas públicas, quanto para a descentralização desse processo (Lascoumes; Le Galès, 2012; Maia, 2021).

A escolha dos pesquisadores populares para construção da proposta de aplicação da pesquisa de campo foi muito importante para o processo de explicação do que iria ocorrer no território, pois ambicionava contemplar todas as pessoas na sociedade local. Objetivava-se, dessa maneira, que esses sujeitos tivessem ciência da ação de pesquisa que ocorreria, com destaque para o alcance de pessoas não alfabetizadas. Por isso, os pesquisadores sempre saíam uniformizados e com identificação (ver figura 3).

Assim sendo, havia uma preocupação com o engajamento da sociedade local e uma preocupação quanto à elaboração de um instrumento que refletisse a realidade dos moradores. Isso contribuiu diretamente para a disseminação das atividades que estariam no porvir, assim como faz com que as pessoas fossem conscientizadas e as deixassem propensas à participação, como orientado por Dallabrida (2006).

Figura 3 - Saída de Campo com o grupo de Pesquisadores Populares



Fonte: elaboração própria.

Um dos destaques negativos observados durante a saída de campo dos pesquisadores populares foi a quantidade de perguntas do instrumento escolhido para a ação territorial. Isso impactou a aplicação, já que - havendo perguntas repetitivas - cresceu uma inquietação por parte de algumas pessoas no local de aplicação (Restaurante Comunitário). De qualquer forma, ficou registrada a importância de se observarem os pontos para a realização dos ajustes necessários no instrumento dos pesquisadores populares, a fim de se elaborar um questionário a contento e com possibilidade de alcançar muitas pessoas, garantir anonimato nas respostas e não influenciar com opiniões pessoais o entrevistado (Gil, 2017).

Ainda sob o ponto de vista dos processos, os achados dessa pesquisa poderão contribuir com a Rede Sol, pois geram o estado da arte territorial, no sentido de como estão as políticas, a partir da consulta realizada deles com parte da sociedade local. Assim, além dos achados, em si, o fato de terem pesquisadores populares formados nos territórios pode contribuir diretamente para a gestão participativa e a governança territorial da RA XXXII.

Foi observado um consenso entre os participantes sobre a importância deles para a Rede Sol, tendo em vista que a gama de informações será gerada para o território e podem expandir novos horizontes para a elaboração de planos de ações territoriais e subsidiar as orientações societais para a atuação da RA nos próximos anos (Maia, 2021). Esse elemento é fundamental para as pretensões da sociedade local, pois quanto mais informações relevantes de ajuda na formulação de políticas dos territórios, mais resultados serão alcançados, contribuindo com a elevação do nível de qualidade de vida ou redução de desigualdades sociais ali existentes em face das soluções sociais criadas (Maia, 2021).

Ainda nesse contexto, outro ponto relevante a ser destacado é o próprio processo de construção da aplicação metodológica do RRDF, e que contribuiu diretamente para o PDOT, tendo em vista que houve a construção de um planejamento prospectivo de futuro com geração de cenários, realizado conjuntamente com representantes da Rede Sol, e com apontamentos de diversas políticas que seriam prioridades para os territórios da RA XXXII (Maia *et al.*, 2023).

Infere-se que tais cenários de futuro, construídos com indicativos de prioridades de políticas públicas para os territórios, norteados pela Agenda 2030 e seus 17 ODS, puderam refletir os interesses locais e foram expressos pelos partícipes dos territórios nessa ação do GDF, fato que pode ter contribuído de forma significativa para pleitear políticas de maneira efetiva, no mais pleno sentido de participação social (Lascoumes; Le Galès, 2012).

Esse ponto é relevante quando se trata de apropriação de conhecimento, como a incorporação da tecnologia social desenvolvida no contexto da realidade da comunidade, pelas pessoas locais e como puderam levar tal informação para influenciar espaços de governança do PDOT (Dowbor, 2014). Para exemplificar: durante o evento do PDOT (ver

figura 4), organizadores questionaram aos presentes quais seriam as demandas dos territórios da RA XXXII e uma das participantes da Rede Sol explicou que havia participado de encontros no projeto RRDF pela Fiocruz sobre meio ambiente e que, nesse curso, aprendeu sobre os problemas de sua moradia que se encontram no final do trecho III da RA XXXII. Esse local possui muitas vulnerabilidades por ser considerado zona de risco, principalmente durante as chuvas.

Figura 4 - Reunião do Plano Diretor de Ordenamento Territorial



Fonte: elaboração própria.

Essa moradora relatou todos os problemas da região e citou também quais poderiam ser as possíveis soluções para enfrentamento dos problemas desse episódio. A partir de sua fala, foi gerado um debate que possibilitou trocas mútuas que seriam levadas e analisadas futuramente pelo parlamentar que estava presente na condução do PDOT.

Diante do exposto, foi possível perceber como o processo de formação dos pesquisadores populares pelo RRDF contribuiu com a discussão, visto que estão sendo formados também com o propósito de influenciar espaços como esses, com foco no empoderamento dos sujeitos e visando o fortalecimento da governança territorial (PIRES

et al., 2011). Assim, o fato de os pesquisadores exporem as problemáticas e em seguida sugerirem soluções com base em evidências (Paiva, 2016), corrobora com a construção de conversas assertivas e com a gestão participativa.

Tal fato observado, referente à participação dos pesquisadores populares na discussão do PDOT para RA XXXII, expressa a importância da aproximação de temáticas junto à sociedade, visando discutir e compreender melhor determinada realidade local. Esses elementos poderão contribuir com o desenho de políticas mais efetivas para os territórios da RA e, ainda, serem levadas para discussão dentro da Rede Sol, como integração da aprendizagem e dos saberes populares para a condução de sua governança territorial de forma justa e solidária. Isso corrobora com a inter-relação da rede sociotécnica local e com o impulsionamento espiral da aprendizagem para o Estado (Dallabrida, 2006; Maia, 2021; Martins, W.; Martins, C., 2017).

Entretanto, apesar dos pontos positivos destacados durante a observação, foi possível perceber insatisfações relacionadas a diversos temas. Um exemplo é a queixa de que os pesquisadores populares ainda não estavam inseridos de forma plena na rede. Também foi reparado que houve reclamações por cobranças internas, para que seja possível gerar maior interação deles dentro das discussões territoriais, ponto fundamental para a governança, tendo em vista que o envolvimento dos pesquisadores possibilitaria maior acesso a informações. Assim, seria possível contribuir de forma mais significativa para a comunidade, diante da disponibilização de soluções desenvolvidas de forma participativa e uso da SCS (Dallabrida, 2006; Maia, 2021).

Dessa forma, a lógica dessa cobrança e dessa integração é fazer com que os conhecimentos adquiridos pelos pesquisadores populares durante as ações formativas e a composição do estado da arte da pesquisa que eles realizaram possam reverberar em ações territoriais. Essa preocupação pretende suscitar a construção de novos projetos, a exemplo da participação conjunta na construção de projetos para editais públicos de fomentos sociais, tanto quanto o estabelecimento de parcerias e/ou possibilidade de influenciar espaços de governança para pleitear políticas públicas para os territórios, com foco na melhoria das condições locais, da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais na RA XXXII (Maia, 2021).

Em tempo, infere-se ainda que, no futuro, caso não haja tal integração de forma plena dos pesquisadores populares de volta para a Rede Sol, pode haver risco de se perder todo esse esforço realizado pelos atores governamentais nesse projeto, fato que impactaria diretamente o desenvolvimento territorial local. Isso pode dificultar o surgimento de mudanças de chave e acarretar impactos à gestão participativa local, conforme norteado por Paiva (2016).

Sob o ponto de vista da dinâmica interna da Rede Sol, para efeitos de processos, salienta-se que as reuniões da rede valorizam a troca de informações, pois as pessoas vão se engajando, de acordo com interesse e disponibilidade, de forma que participem da discussão, inclusive, sendo estimuladas a compor lideranças.

Além da reunião presencial, uma das formas utilizadas para a comunicação e divulgação da Rede Sol é a utilização de um grupo no aplicativo WhatsApp. Nele são postadas mensagens relacionadas aos eventos de diversos institutos, aos apanhados de reuniões realizadas pelo governo referente ao território, às oportunidades de curso de capacitação e profissionalização, às eventuais inscrições para projetos e ações sociais. Ademais, também são postados avisos sobre campanhas de conscientização de políticas, tais como Outubro Rosa, Setembro Amarelo, Novembro Azul, entre outros. (Ver figura 5).

A Rede Sol possui característica horizontal, no sentido de escolher as pautas relevantes para serem levadas ao debate no dia do encontro mensal. Tal escolha se dá a partir de discussões dentro do grupo de WhatsApp de forma conjunta, sendo possibilitado para que quaisquer pessoas possam dar sugestões de temas, os quais surgem a partir da necessidade do território. A partir disso, abre-se um processo de votação das pautas e as mais votadas compõem as prioridades para o encontro da Rede, sendo que, após as reuniões, a ata da reunião é disponibilizada no grupo assim como seus respectivos registros fotográficos.

Figura 5 - Cards enviados no grupo de WhatsApp da Rede Sol



Fonte: Grupo de WhatsApp da Rede Sol

Dito isso, observa-se que a rede é da comunidade e pertence ao território, sendo a liderança volante uma de suas características. Essa liderança pode emergir ao longo das discussões, junto com a comunidade, e a partir das temáticas prioritárias propostas. Contudo, ela é constituída principalmente da vontade de querer participar/discutir as demandas do território para contribuir.

A ilação deste ponto de vista é que a rede não é partidária, no sentido de ser a favor ou contra, mas um espaço de pessoas que discutem as políticas e que têm interesse de que elas funcionem territorialmente para melhorar a qualidade de vida das pessoas que ali habitam, alinhados aos interesses que devem refletir na governança territorial (Dallabrida, 2006; Maia, 2021).

Durante os encontros da Rede, a comunidade expressa seus anseios e necessidades por meio de representantes presentes, como: líderes comunitários, pesquisadores populares da Rede Sol, assistentes sociais, pesquisadores da UnB, representantes de unidades básicas de saúde, representantes de Defensorias Públicas, arquitetos e geógrafos, entre outros. Esses representantes manifestam suas atuações e condições de trabalho, explicando a forma na qual sua entidade funciona e quais os interesses. Nesse sentido, a Rede se torna relevante para a geração de conhecimento e informação (Maia, 2021), principalmente para encontrar meios que incentivem a geração de políticas públicas para o território (Dallabrida, 2006).

Sob o ponto de vista da gestão participativa, tal ação de compartilhamento é muito importante para estimular o diálogo entre todos de forma democrática, trazendo problemas vivenciados. Essa prática igualitária dialoga com a linha de pensamento de Paiva (2016), já que é possível perceber a importância de conhecer e discutir as dificuldades do território, ressaltando as ações conjuntas de forma integrada entre os representantes. Similarmente, essa ação também contribui para a divulgação das ações realizadas nos territórios e para que elas sejam cada vez mais reconhecidas (Ver figura 6).

Figura 6 - Encontro da Rede Sol, realizado em setembro de 2023



Fonte: elaboração própria.

Na composição da Rede, há representantes que fazem parte dos conselhos locais e por isso levam sugestões de pautas. Quando é relevante para a rede, forma-se uma comissão e decide-se quem vai compô-la. Cabe ressaltar que os conselhos mais mencionados por parte da Rede são os de saúde e segurança. Contudo, aparentemente, ainda falta ocupação de espaços garantidos pela Constituição Federal (Brasil, 1988) para processos de democratização e participação social, tal como, por exemplo, o conselho de cultura, que não foi percebido durante as observações.

A percepção tida dessas observações a respeito da dinâmica da rede é que as discussões realizadas nesse âmbito podem evoluir para ações efetivas e práticas. Além disso, a não existência de filiação partidária permite gerar um leque maior de instituições parceiras, e priorização do território e, conseqüentemente, suas demandas. Este ponto se torna relevante, pois a vinculação a um partido pode gerar riscos nas ações realizadas, uma vez que a Rede pode ficar à mercê do interesse de um determinado político. Caso ocorresse, esse conchavo poderia, eventualmente, cercear as ações realizações, pois haveria nas discussões e práticas o intuito de reeleição ou benefício próprio por parte desse apoiador. Assim sendo, isso desviaria a finalidade principal da Rede, que é a contribuição com os territórios.

3.3 Dimensão de Representações

Em relação à dimensão de representações como categoria de análise, os significados dos fatos observados foram elementos que nortearam a construção deste subcapítulo.

A percepção de representantes da Rede Sol, para com o RRDF da Fiocruz, diz respeito à abertura do território para essa instituição pública, fato observado que facilitou a entrada da proposta e gerou credibilidade, contribuindo na busca por novos parceiros nessa empreitada. Além disso, os produtos gerados também foram destacados pelos sujeitos da pesquisa devido à sua construção participativa com a sociedade. Um exemplo é a Cartografia Social e a geração de cenários de futuro, que geraram integração entre os membros e possibilitaram que a comunidade pudesse ter mais descobertas sobre os moradores e as instituições presentes, reconhecendo-se mais.

A estratégia adotada pelos representantes da Fiocruz no projeto de optar pela Rede Sol para entrada no território demonstra uma preocupação com uma abordagem de aproximação de forma mais dialogada, humanizada e assertiva, pois a Rede Sol era recente, mas ainda não possuía o conhecimento sistematizado de demandas existentes no território, acontecimento que contribuiu diretamente para ampliar a visão da comunidade.

Destaca-se aqui, pelos registros observados, a formação dos pesquisadores populares do projeto Radar. Ele pode ser considerado um ponto importante para esta dimensão, diante do cuidado nas ações deles para com a população da RA XXXII. Foram percebidas emoções como solidariedade e empatia, pois os pesquisadores visavam a inclusão social nas suas ações de pesquisa, como um dos elementos importantes percebidos na ação pública (Lascoumes; Le Galès, 2012). A título de exemplificação, em uma determinada ação territorial, em função de haver pessoas que não eram alfabetizadas nos territórios, foi sugerida a possibilidade do uso de carro de som, além da comunicação impressa, para contemplar este grupo.

Dessa forma, o fato de os pesquisadores populares serem da própria comunidade, por possuírem conhecimento maior sobre a realidade de seu espaço, permite que tenham tratamentos adequados e inclusivos com a sociedade local, conseguindo maior estímulo à participação da sociedade nas ações. Esse é um elemento importante apontado por Lascoumes e Le Galès (2012) para o estabelecimento da conexão entre Estado e sociedade e por isso se faz presente na proposta do projeto do Radar. Desta maneira, há uma melhor qualidade de informações (são mais precisas) para subsidiar procedimentos de governança territorial, conforme preconizado por Maia (2021).

A pesquisa realizada pelos pesquisadores, em si, também é relevante para esta dimensão, pois nela confirmou-se a importância de colaborar com o levantamento de informações para os territórios, que reverberaria no levantamento de evidências para construir o estado da arte da situação de políticas nos territórios. Com isso, observou-se que os pesquisadores populares foram muito atenciosos ao sanarem dúvidas, quando abordados, e ao escutarem o que os moradores tinham a dizer durante as entrevistas. Ao refletir sobre essa prática, nota-se que, a partir das considerações de Paiva (2016), é perceptível que os resultados dessa pesquisa poderão ser chave no seu uso para resolução de problemas sociais, que começou de forma participativa pelos moradores. Durante a observação participante, foi possível perceber a gratidão das pessoas entrevistadas pelo reconhecimento de fazerem parte da pesquisa realizada.

Em contrapartida, embora os pesquisadores populares estivessem participando das formações e aplicando o questionário, percebeu-se um sentimento de distanciamento por não estarem completamente integrados à Rede Sol, assim como uma inquietação

por parte dos entrevistados pela falta de devolutiva do que está sendo realizado na rede. Talvez porque a formação ainda estivesse ocorrendo, entretanto, reitera-se a importância dessa devolutiva para a Rede Sol, considerando fundamental que o conhecimento adquirido seja disseminado e compartilhado com a comunidade.

Portanto, infere-se que, devido aos pesquisadores serem da Rede, gerou-se uma maior credibilidade e confiança nos moradores, tendo em vista que há um sentimento coletivo de que a pesquisa possui grande potencial para a geração de novas ações, mesmo após o término das pesquisas. Destarte, essa etapa do RRDF gerará uma base e bagagem que possibilitará novas ações em torno do projeto, podendo gerar melhoria do nível de qualidade de vida para a população (Dallabrida, 2006; Maia, 2021).

A percepção é que, quando um determinado objetivo é alcançado e tem uma boa aceitação por parte dos moradores da RA XXXII, há o despertar do entusiasmo e da satisfação nos pesquisadores populares. Esses sentimentos contribuem no processo de implementação do RRDF, que se utiliza da gestão participativa como mote para o diálogo, para a compreensão da situação existente e, conseqüentemente, para contribuir com o fato de que a comunidade possa se organizar e atuar na governança territorial (Pires *et al.*, 2011). Isso é benéfico, sobretudo, em momentos de crise, como foi o caso da Covid-19.

Quanto à observação da dinâmica dos encontros da rede, as instituições, ao participarem, possuem a oportunidade de explicar aos moradores e líderes dos movimentos qual é a situação interna da instituição que representam. Esse envolvimento faz com que as pessoas presentes compreendam como funciona o fluxo dentro desses locais e, caso não possuíssem essas informações, adquiram conhecimentos que antes não tinham. Essas informações obtidas nas reuniões geralmente são repassadas para amigos, familiares e pessoas próximas, o que faz com que mais pessoas entendam uma realidade que possa ser desconhecida por muitos.

Assim, o fato de as pessoas frequentarem esses espaços também faz com que eles não se sintam apenas na posição de alguém que busca a prestação de um serviço, mas também os faz sentir pertencentes e incluídos na ação, entendendo que colaboraram, de alguma maneira, para a informação da população quanto aos seus direitos sociais (Lascoumes; Le Galès, 2012). A questão de não existir nenhum "dono"

da rede contempla pessoas para que tenham liberdade de participar do processo de escolha das decisões com maior engajamento.

Diante disso, compreende-se que existe uma empatia da Rede Sol com a comunidade, pois, nas ações realizadas, é levado em conta seu modo de viver para uma articulação política eficaz junto a atores políticos que sejam "parceiros" dos territórios (Pires *et al.*, 2011). Do mesmo modo, é perceptível a atenção dada aos convidados por meio dos representantes da Rede durante as reuniões mensais, assim como os cuidados dos seus facilitadores com os integrantes, que perpassam outros pontos, tais como: não utilizar palavras ou atitudes de autopromoção e evitar escolhas a partir de perspectivas políticas partidárias.

Observou-se, também, o cuidado para que as instituições presentes se sentissem acolhidas, por isso enfatizava-se que se tratava de um convite e não de uma imposição voltada para uma prestação de conta. Além do mais, caso queiram, as instituições podem levar suas demandas e pautas e isso faz com que se sintam confortáveis para participar das reuniões, pois percebem que o intuito não é achar culpados para os problemas enfrentados, e sim, estabelecer diálogos capazes de ajudar ambas as partes a se compreenderem mutuamente e, de certa maneira, também amenizar as situações vividas, corroborando desta maneira com a governança territorial (Pires *et al.*, 2011).

Tais cuidados geram na comunidade um sentimento de contribuição e praticidade do que está sendo debatido, reforçando os laços de forma coletiva, pois caso tivessem um líder, a comunidade poderia se acomodar e ficar passiva diante da limitação das tomadas de decisões. Este ponto é importante, pois, conforme Haesbaert (2007), um território pode ser visto como um espaço de valorização simbólica, compreendendo-o como um espaço que une as pessoas e faz com que tenham objetivos em comum. Tal percepção corrobora com os fatos observados e no esforço de representantes da Rede Sol para seu fortalecimento (Martins, W.; Martins, C., 2017).

Desse modo, estabelece-se um debate mais amigável e inibe-se o fator obrigação, já que, com o aceite, a instituição convidada demonstra disposição em ceder seu tempo e informações para as pessoas. Nessa perspectiva, Rosenau (2000) menciona que o processo de governança envolve instituições governamentais e não governamentais,

elemento que reflete a importância dessa ação do projeto Radar e da dinâmica da Rede Sol nesse funcionamento.

Um dos pontos negativos observados foi o sentimento de não pertencimento por parte dos moradores dos territórios após o reconhecimento da RA XXXII como uma RA, aliado ao sentimento de descontentamento da preferência e continuar como território pertencente à Ceilândia. Verificou-se isso em um episódio ocorrido no debate realizado sobre o PDOT, entre os moradores dos territórios, os quais verbalizaram a preferência de ter continuado como parte de Ceilândia, pois lá havia serviços públicos básicos utilizados, diferentemente da RA XXXII. A reflexão aqui demonstra a inquietude da sociedade diante da situação vivenciada e que encontra eco no conceito de Milton Santos sobre a identificação e o território, pois “[...] a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence [...]” (Santos, 2007, p. 14), fato que torna compreensível que alguns moradores não se sintam pertencentes à RA diante da falta de equipamentos públicos (CODEPLAN, 2022).

O evento do PDOT, acima relatado, pode ter contribuído para uma maior inclusão social, tendo em vista a representação observada da relação Estado-Sociedade, a partir da capacidade de dar voz à população – no sentido de estimular a participação social - e de fazer uma escuta ativa para compreender a real percepção da sociedade local, a qual vivencia as dificuldades territoriais (Dallabrida, 2006; Maia, 2021). Essa combinação permite elencar, de forma mais efetiva, os pontos relevantes apontados pela sociedade para subsidiar tomadas de decisão assertivas pelos gestores acerca das próximas formulações de políticas públicas para os territórios da RA XXXII (Maia, 2021).

Cabe destacar aqui um dos episódios observados durante o debate do PDOT, quando foi possível perceber como o processo de formação dos pesquisadores populares pelo RRDF pode ter contribuído com a discussão, pois estão sendo formados para influenciar espaços de discussão que possuam a gestão participativa como base.

Além do mais, é possível compreender que o processo de construção da aplicação metodológica contida no projeto possa ter contribuído diretamente para o PDOT, tendo em vista que houve a geração de cenários no planejamento de futuro, que foi realizado conjuntamente com representantes da Rede Sol. Estes que listaram diversas políticas

que seriam prioridades para os territórios da RA XXXII, mas que só foi possível em virtude de terem participado desse momento de reivindicação de políticas para seus territórios.

Esse ponto se torna relevante para a dimensão representação, pois se trata de apropriação de conhecimento por parte das pessoas na comunidade, fazendo com que haja o empoderamento social para a condução de uma mudança de realidade territorial por meio da transformação social local, conforme explicado por Maia (2021). Isso pode culminar em melhorias no processo de desenvolvimento local (Lascoumes; Le Galès, 2012) e na geração de capacidades intelectuais e sociais que promovam melhores condições de vida para a sobrevivência desta e de futuras gerações, como consta na proposta da Agenda 2030 e seus 17 ODS (ONU, 2015).

Quanto ao caso da moradora que respondeu ao questionamento dos desafios nos territórios, como relatado no subcapítulo anterior, percebe-se que esse debate só foi possível porque a moradora possuía um conhecimento prévio do que estava sendo debatido, caso contrário, a discussão poderia girar em torno apenas das falas do parlamentar que estava presente no evento do PDOT. Assim, essa moradora pôde expressar os problemas e as possíveis soluções a partir de sua experiência local, o que possibilitou refletir sobre a importância do RRDF para processos de emancipação social e construção conjunta da espiral de conhecimento (Demo, 1995; Martins, W.; Martins, C., 2017).

Nota-se, com isso, o quão é importante a participação popular nesses momentos, pois, por mais que tenha havido a participação do deputado, as pessoas ali presentes não se sentiram intimidadas. Pelo contrário, viram uma oportunidade de expressar suas reivindicações, principalmente aquelas relacionadas às vulnerabilidades do território. Os sentimentos de abandono e de ausência de Estado que estão refletidos nessa questão, tendo em vista a falta de serviços básicos para a vida das pessoas (Santos, 2007), contrapõem-se à vontade, à luta pela sobrevivência e à incansável busca por redução de desigualdades sociais pelos moradores, líderes territoriais e pelos pesquisadores populares.

3.4 Dimensão de Resultados

Um dos produtos principais observados nessa ação do projeto RRDF é o estado da arte da pesquisa aplicada ocorrida, assim como a participação dos moradores dos territórios estudados, ou seja, é a mais pura essência da denominada ciência-cidadã com a participação da sociedade na geração da ciência (Irwin, 1995). Tal produto pode ser considerado como fruto de uma gestão participativa da Rede Sol junto aos moradores, sendo insumo que poderá contribuir com a governança territorial, assim como para subsidiar gestores do GDF em formulações de políticas públicas para a RA XXXII (Dallabrida, 2006; Maia, 2021).

Aliás, pode-se dizer que todos os instrumentos gerados, como os produtos resultantes do projeto RRDF, são considerados resultados importantes apontados durante a observação, sob o ponto de vista de tecnologias sociais como formas inovadoras de instrumentos de ação pública (Lascoumes; Le Galès, 2012). Eles foram construídos juntamente com representantes da sociedade (classificação de riscos territoriais, mapa digital de riscos territoriais, cenários de futuros territoriais, indicadores operacionais e a SCS), elevados de significados que refletem os sentidos existentes da população local.

Esses instrumentos podem contribuir para o fortalecimento da governança dos territórios, tendo em vista que, além da construção, *per se*, os pesquisadores populares aprenderam a se apropriar deles durante a sua formação para melhor manusearem e os utilizarem, fatores preponderantes para poder contribuir com a atuação da sociedade de forma organizada como defendido por Dowbor (2007) e Pires *et al.* (2011).

Durante o período observado, foi possível perceber a comunicação colaborativa e aberta entre os pesquisadores para melhor aplicar o questionário do projeto RRDF, gerando reações positivas ao longo das aplicações. Gil (2017) alerta quanto a considerar que, de modo geral, os entrevistados não são obrigados a responder ao questionário, sendo que, durante a ação, o esforço coletivo da comunidade reverberou em um caso de sucesso em que haverá distintas informações sobre pastas políticas que irão configurar no retrato territorial.

Como reconhecido pelos próprios moradores, outro ponto de resultado exitoso alcançado no RRDF é o de 20 pesquisadores populares formados, que agora poderão atuar dentro do processo de desenvolvimento territorial. Eles entendem que sua atuação

e os produtos construídos em conjunto no projeto serão benéficos para o território e contribuirão para mudar a realidade existente na RA XXXII. Desta maneira, esses conhecimentos e informações, se bem utilizados, poderão influenciar espaços de governança para pleitear políticas públicas de maneira assertiva e eficaz, bem como estimularão uma maior participação social em espaços decisórios governamentais (Maia, 2021; Paiva, 2019).

Ainda, como resultados desse produto alcançado, a Rede Sol poderá também construir pautas em torno dos principais problemas a partir dos dados obtidos da pesquisa, o que impulsionará futuras ações a serem realizadas, inclusive de maneira coordenada com o IPEDF, um dos atores institucionais do projeto RRDF. Assim sendo, é perceptível a preocupação que representantes da Rede Sol e envolvidos no projeto RRDF possuem em relação à continuidade das atividades, de forma a não perder o processo construído de maneira conjunta entre Estado e sociedade, visando contribuir com a governança territorial (Pires *et al.*, 2011).

O envolvimento dos pesquisadores dentro da Rede Sol configurou-se como outro ponto importante observado. Mesmo que ainda não de forma totalmente plena, é um resultado positivo e de suma importância, uma vez que contribui com a divulgação do RRDF e, conseqüentemente, com o processo de governança territorial, contribuindo com a *accountability* e a responsabilização do projeto com o território.

Diante disso, a participação dos pesquisadores populares junto à Rede Sol é vital para que compartilhem as informações e os conhecimentos adquiridos nas formações realizadas no curso, gerando maior alcance e aceitabilidade em sua implementação. Consoante aos ensinamentos de W. Martins e C. Martins (2017), devemos lembrar que uma rede sociotécnica é um espaço que impacta a espiral de troca de saberes a partir das inter-relações.

De forma prática, acerca da importância da pesquisa, em si, e do envolvimento dos pesquisadores populares, houve uma reunião em que, a partir da perspectiva da cidadã, surgiu a discussão sobre a falta de policiamento nos territórios da RA XXXII, pois, segundo a PDAD, o policiamento regular é de 50,3% (CODEPLAN, 2022). Tal questionamento levou parte do grupo de pesquisadores populares a citar pontos pelos quais isso ocorria, sendo elencado como principal motivo a infraestrutura urbana nas

proximidades dos domicílios, como o fato de algumas ruas serem esburacadas (56%), alagadas (44,5%) e terem esgoto a céu aberto (34,9%) (CODEPLAN, 2022). Após esse debate, elaboraram-se como sugestões outras formas de circulação no território, para efeitos de mobilidade, na realização de rondas, como a utilização de moto ou cavalo por parte dos policiais.

Ainda em relação à mobilidade, foi dada a sugestão da criação de uma via interna que ligue os três trechos, visto que o Sol Nascente, embora seja grande, não possui nenhuma rota que ligue toda a RA. Essa ausência impossibilita a transição interna na região e acaba sobrecarregando as vias nas regiões vizinhas.

Observa-se, assim, uma preocupação em manter o deslocamento e o contato dentro do próprio território, não necessitando utilizar a RA vizinha (Ceilândia) para a ligação dos trechos, pois tal ação dificulta a socialização das pessoas do mesmo espaço, além de dificultar a utilização de serviços básicos como o de saúde e educação. O comércio local também acaba sofrendo, pois, quando o morador não encontra algum serviço ou produto em sua região, é obrigado a se locomover à próxima, que acaba não sendo dentro do próprio território (CODEPLAN, 2022).

O episódio observado da participação popular no PDOT, por meio de parte dos pesquisadores populares durante o período de sua formação, também pode ser considerado como um resultado importante que reverberará na geração de impacto social. Além disso, também pode aumentar as chances de formulação de políticas públicas mais específicas que contemplem a realidade territorial, podendo ser capaz de reduzir desigualdades sociais nos territórios, sobretudo, para acesso a serviços, pois a maioria deles são realizados em Ceilândia no que se refere a pastas importantes como a saúde, a educação e a assistência social (CODEPLAN, 2022).

Espaços consultivos, como esse do PDOT, são importantes e estimuladores para a participação social na governança das políticas públicas de quaisquer territórios, a nível nacional e/ou subnacional. Similar ao que ocorreu no PDOT, os pesquisadores populares poderão buscar outros espaços para expressarem quais os pontos precisam ser melhorados em suas regiões e poderem cooperar no processo de formulação e tomada de decisão. Enfatiza-se nessa mudança a aquisição de conhecimentos necessários, como os obtidos na construção da cartografia social, para reconhecer os riscos territoriais

advindos das vulnerabilidades e das ameaças identificadas, com foco na mitigação do impacto sofrido em momentos de crise, como ocorrido com a Covid-19 (Martins, W. *et al.*, 2021; Maia *et al.*, 2023).

Após as devidas descrições, análises, inferências e triangulações realizadas para cada uma das quatro dimensões observadas, foi possível perceber e compreender a forma como a dinâmica da governança territorial na Rede Sol funcionava, com as identificações de seus pontos positivos que contribuem para a organização dos representantes da sociedade local. Contudo, também foi possível verificar as fragilidades apontadas, fato que evidencia seus pontos fracos e que podem ser trabalhados para melhor desempenho. Esses elementos, que são achados da pesquisa, foram importantes para contribuir com o alcance do objetivo específico número 2 desta análise.

Da mesma forma, insumos desta pesquisa que foram observados e discutidos permitiram ampliar o olhar para o projeto RRDF, tendo em vista a sua inserção durante o período pandêmico da Covid-19.

Nesse período de organização e reconhecimento legal dos territórios, os resultados do projeto e seus legados permitiram dinamizar e potencializar a Rede Sol, com foco em melhores atuações e ocupações de espaços públicos para pleitear políticas públicas para o desenvolvimento saudável e sustentável de seus territórios. Esses subsídios permitem compreender que foi possível alcançar o objetivo específico 3 deste estudo, pois os produtos foram construídos conjuntamente com a população e por meio da formação dos pesquisadores populares, que pertencem aos territórios.

Quadro 1 – Resumo das Categorias de análise de ação pública observadas na pesquisa

Categorias de análise de ação pública observadas na pesquisa			
DIMENSÃO ATORES	DIMENSÃO PROCESSOS	DIMENSÃO REPRESENTAÇÕES	DIMENSÃO RESULTADOS
Resumo 4.1	Resumo 4.2	Resumo 4.3	Resumo 4.4

<p>- Há diversidade de instituições presentes na Rede Sol, tanto públicas quanto privadas (com foco no lado social), que participam efetivamente das discussões e dos encontros mensais da Rede, contudo, ainda há necessidade de se buscar o equilíbrio, tendo mais participantes do poder legislativo para melhor complementação do olhar sistêmico sobre questões territoriais.</p>	<p>- A Rede Sol, em si, possui característica de ser horizontal, com liderança transitória, a depender do assunto que será tratado nos encontros, e se apresentou como estimuladora de processos de gestão participativa e participação social, sendo percebida como ativa, inclusiva, democrática, integrada e engajada nos propósitos territoriais, sendo fortalecida de forma gradual. Entretanto, ainda é necessário que seus representantes ocupem cada vez mais espaços públicos consultivos ofertados, como os conselhos de políticas públicas nos territórios, com foco em maior participação social.</p> <p>- A cartografia social e a geração de cenários de futuro realizadas no projeto RRDF foram consideradas como elementos importantes na percepção dos representantes da Rede Sol e por parte dos pesquisadores populares, pois são instrumentos que contêm os problemas sociais vivenciados por eles nos territórios e poderão contribuir para a governança territorial.</p> <p>- Os pesquisadores populares formados que, mesmo ainda não sendo todos partícipes da Rede Sol, poderão contribuir com os processos de organização territorial, seja dentro ou fora delas, para influenciar espaços de governança, como observado no evento do PDOT em que estavam</p>	<p>- A atuação da Rede Sol ocorre de forma inclusiva, com solidariedade entre os partícipes, com preocupações para que todos possam ser ouvidos no processo de gestão participativa de sua organização. O fato do reconhecimento das pessoas, uma com as outras, no sentido de conhecer e saber o que determinada instituição faz, foi um dos pontos importantes observados que contribuirão para os processos de atuação da Rede Sol.</p> <p>- Foi percebido que o projeto Rede de Radares contribuiu para a construção de confiança junto com os representantes da Rede Sol, com o devido cuidado desde a sua entrada e durante as atividades executadas, sempre com processos ativos e dialógicos de escuta e de dar voz às pessoas na construção dos instrumentos, assim como as preocupações que os próprios pesquisadores populares puderam ter com a sociedade durante a pesquisa de campo, atuando com vontade para contribuírem com geração de insumos para pleitearem melhores políticas no futuro para a RA XXXII.</p> <p>- Apesar dos pontos positivos acima, também foi possível perceber sentimentos de abandono e de ausência de Estado, sobretudo devido à falta de serviços básicos para a vida das pessoas nos territórios da RA XXXII.</p>	<p>- Os insumos gerados a partir da pesquisa de campo dos pesquisadores populares geraram o estado da arte e poderão contribuir com a governança territorial, assim como para subsidiar gestores do GDF em formulações de políticas públicas para RA XXXII, com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de desigualdades sociais.</p> <p>- O episódio observado da participação popular no PDOT, por meio de parte dos pesquisadores populares da RA XXXII, foi importante para influenciar este espaço de governança, aumentando as chances de formulação de políticas públicas mais específicas que contemplem a realidade territorial e sejam capazes de gerar maiores níveis de acesso a serviços públicos.</p> <p>- Foram percebidos os sentimentos de não pertencimento e de ausência de Estado, por parte de moradores dentro dos territórios, aliados ao sentimento de descontentamento da situação – preferência em continuar como se ainda fossem Ceilândia -, diante da falta de equipamentos públicos na RA XXXII.</p>
--	---	---	--

	preparados para as discussões.		
--	--------------------------------	--	--

Fonte: elaboração própria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi possível elencar informações que ajudaram a buscar a resposta para a pergunta de estudo, a qual: "em que medida se dá o fortalecimento da governança territorial em territórios vulnerabilizados, por meio do projeto RRDF?". Respondendo-a de forma direta, foi possível perceber uma série de elementos importantes que contribuíram para o fortalecimento da governança territorial da RA XXXII, tendo em vista que a junção dos representantes da Rede Sol da RA com as ações executadas no projeto RRDF foram essenciais para contribuir com tal propósito, diante de uma situação de crise instaurada em 2021, no meio da pandemia de Covid-19; que se alastrou até o seu término oficial, em 2023; e, ainda, culminando na formação dos pesquisadores populares, ocorrida em 2024.

Assim, a combinação dos processos metodológicos encontrados no projeto RRDF, encabeçados pela Fiocruz, UnB e IPEDF, com a vivência, a vontade e o conhecimento das pessoas dos territórios da RA XXXII, possibilitaram uma ação pública transversal, participativa, assertiva e cooperativa para tentar contribuir com o processo de mudança de realidade territorial, inclusive com a construção de 5 tecnologias sociais como instrumentos de ação pública, que poderão ser utilizados para dar direcionalidade às intenções dos representantes da Rede Sol no futuro.

Ainda é cedo para falar sobre impactos, em si, na qualidade de vida das pessoas e nas possíveis reduções de desigualdades sociais. Contudo, ter pessoas vibrantes, defensoras de causas sociais e preparadas para o debate (e embate eventualmente) será fundamental nos próximos passos, nas intenções e interesses da Rede Sol e nas

oportunidades desses espaços de participação social que podem surgir, como foi a do PDOT, bem no meio do processo de formação de 20 pesquisadores populares.

Foi possível perceber que essa união criou laços, antes não existentes, entre governo, academia e sociedade, visto que o RRDF em todo seu processo de formulação, implementação e monitoramento teve como base a participação dos moradores, de forma democrática, inclusiva e solidária, com foco na contribuição de desenvolver os territórios da RA XXXII de forma saudável e sustentável, como contido na Agenda 2030 e seus 17 ODS.

Diante disso, é possível perceber os benefícios que o projeto RRDF gerou, tanto sob o ponto de vista do Estado, do governo e da academia quanto para o território. Por exemplo, este projeto aproximou a academia (UnB) da sociedade local, permitindo contribuir para que a universidade ganhe visibilidade nos territórios estudados, lembrando que haverá uma devolutiva para o território pesquisado como forma de agradecimento e compartilhamento dos achados dessa pesquisa. Logo, isso fará com que as pesquisas ultrapassem os muros da academia - uma vez que é comum perceber reclamações em comunidades dessas práticas extensionistas universitárias -, além de contribuir para uma mudança de percepção da UnB como um lugar restrito e excludente às pessoas em territórios de vulnerabilidade social.

A sociedade da RA XXXII poderá se beneficiar de muitos aspectos, tendo em vista que agora possuirão insumos de uma pesquisa recente e voltada especificamente para seus territórios. Isso pode facilitar a utilização das informações nela contidas para poder subsidiar a construção de planejamento local e/ou propostas para pleitear políticas públicas e/ou rever as fragilidades encontradas para poderem elevar o nível de sua governança territorial. Como ilustração, esses dados podem servir para que os populares percebam a importância de se ocupar plenamente espaços públicos, como os dos conselhos territoriais.

O GDF também poderá utilizar os insumos gerados e ter acesso público às tecnologias sociais desenvolvidas que contêm as informações que refletem o estado da arte dos territórios da RA XXXII, inclusive com informações de dados não-estruturados (fonte primária) advindos de ciência-cidadã, elementos que poderão contribuir para gerar maior assertividade para o gestor, que poderá formular ou reavaliar políticas públicas

para a sociedade local, compreendendo de forma mais efetiva e usando um aporte de informações relevantes que foram gerados pelo povo que vivencia as dificuldades em seu cotidiano.

Embora o tema da vulnerabilidade esteja sempre em pauta, o diferencial desse estudo é justamente uma centralidade na análise de RST. Ademais, este trabalho ainda possui potencial para outras análises e recortes espaciais e temporais que, por questão de tempo e objetivos propostos, não foram possíveis realizar, a priori. Além disso, acredita-se que poderá servir de base para outras pesquisas futuras, que tenham em sua análise a governança territorial em lugares com vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; DE CARVALHO-SILVA, Hamílto Harley; ALVES, Luciana. **Família, escola, território vulnerável**. São Paulo: Cenpec, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] — Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=legislacaoConstituicao>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8243&ano=2014&ato=96egXVE5UNVpWTd8c>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9759&ano=2019&ato=279oXW65keZpWT12c>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.371, de 01 de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11371&ano=2023&data=01/01/2023&ato=dbfMzYU9kMZpWT33d>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CAIXETA, Heloísa. **Fiocruz e Codeplan realizam primeira oficina com representações sociais do Sol Nascente/Pôr do Sol com foco na Agenda 2030**. Portal Fiocruz Brasília, 01 abr. 2022a. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/fiocruz-e-codeplan-realizam-primeira-oficina-com-representacoes-sociais-do-sol-nascente-por-do-sol-com-foco-na-agenda-2030/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CAIXETA, Heloísa. **Finalizada cartografia social no DF**. Fiocruz Brasília. 27 jun. 2022b. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/finalizada-cartografia-social-do-sol-nascente-por-do-sol/>. Acesso: 24 jul. 2024.

CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. Cidadania, paridade de participação e o modelo de análise tridimensional de Nancy Fraser. **Revista Sem Aspas**, v. 1, n. 1, p. 103-116, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/6976>. Acesso: 24 jul. 2024.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal – IVS – DF**. Estudo. Brasília: Codeplan, 2020. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/indice-de-vulnerabilidade-social-do-distrito-federal-resultados-2020/>. Acesso: 24 jul. 2024.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021**. Relatório. Brasília: Codeplan, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/pdad-2021-3/>. Acesso: 24 jul. 2024.

CRUZ, Fernanda Natasha Bravo. **Desenvolvimento democrático em tempos incertos**: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa. Brasília: Editora UnB, 2020.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 59-69, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/165>. Acesso: 24 jul. 2024.

DALLABRIDA, V. R. Território. In: SIEDENBERG, D. R. (Coord.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 161-162.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar nº 785, de 14 de novembro de 2008**. Cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo. Brasília, DF: SINJ-DF, 2008. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/22b8194e32514c60b7bf2680adfb7d0/Lei_6359_14_08_2019.html. Acesso: 24 jul. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.359, de 14 de agosto de 2019**. Cria a Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol - RA XXXII e dá outras providências. Brasília, DF: SINJ-DF, 2019. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/22b8194e32514c60b7bf2680adfb7d0/Lei_6359_14_08_2019.html. Acesso: 24 jul. 2024.

DOWBOR, Ladislau. Tecnologia Social. In: Boullosa, R. F. (org). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador - BA: CIAGS/UFBA, 2014. p.169-171.

DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. **Estudos avançados**, v. 21, p. 75-90, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/xGnBF9fvsZ7yQDBL8L9jKMH/>. Acesso: 24 jul. 2024.

DYE, Thomas R. **Top Down Policymaking**. Nova Iorque: Chatham House, Even Brigges Press, 2001.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOLD, Raymond. L. Roles in sociological field observations. **Social forces**, v. 36, n. 3, p. 217-223. 1958. Disponível em: <http://msessd.ioe.edu.np/wp-content/uploads/2017/04/GOLD-PARTICIPANT-OBSERVATION.pdf>. Acesso: 24 jul. 2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2022**: População e domicílios - primeiros resultados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios> Acesso em 24 jul. 2024.

IRWIN, A. **Citizen science**: A study of people, expertise and sustainable development. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. Atas **CIAIQ2015**. Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación, v. 2, p. 243-247, 2015.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Ufal, 2012.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MAIA, Edward Torres *et al.* **Relatório de Atividades do projeto “Rede de Radares de Territórios do DF: Sala de Cooperação Social”** - Territórios: Sol Nascente e Pôr do Sol. Brasília. 2023.

MAIA, Edward Torres. **A transversalidade da saúde na integração de políticas como estratégia de ação pública**: efetividade de políticas em prol do desenvolvimento sustentável em territórios. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MARIETTO, M. L., & SANCHES, C. Estratégia como prática: um estudo das práticas da ação estratégica no cluster de lojas comerciais da rua das noivas em São Paulo.

Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v.7, n.3, p.38-58, 2013.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11136>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MARIETTO, Marcio L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia 381 (RIAE)**, v. 17, n. 4, 2018. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/331259758002.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MARTINS, W.J. *et al* **Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção**

Primária à Saúde (Picaps): soluções tecnocientíficas em saúde digital no enfrentamento da COVID-19 e outras crises.. Cien Saúde Colet [periódico na internet] (2023/Out). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/plataforma-de-inteligencia-cooperativa-com-a-atencao-primaria-a-saude-picaps-solucoes-tecnocientificas-em-saude-digital-no-enfrentamento-da-covid19-e-outras-criSES/18914?id=18914> Acesso em: 26 jul. 2024.

MARTINS, Wagner de Jesus; MARTINS, Cláudia de Souza Ferreira. A translação do conhecimento na solução de problemas sociais utilizando as redes de políticas públicas. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Brasília, v. 28, n. 3/4, p. 343-349,

2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44016>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MATTA, G.C. *et al*. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil:** populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MINAYO, Maria C.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hq4J9fJDb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização Das Nações Unidas**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PAIVA, Francisco Jailson de. **Gestão participativa:** impactos sobre a produtividade organizacional. Curitiba: Appris, 2016.

PIRES, Elson Luciano S *et al.* **Governança territorial**: conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: UNESP - IGCE : Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

REIS, Anna; DOYLE, Luísa. **Sol Nascente, no DF, se torna a maior favela do Brasil, segundo prévia do Censo 2022**. Portal G1 DF, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/17/sol-nascente-no-df-se-torna-a-maior-favela-do-brasil-segundo-previa-do-censo-2022.ghtml>. Acesso em 24 jul. 2024.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo**. Ordem e transformação na política mundial. Trad.: Sérgio Bath. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa nacional, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos;12).

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SELLERA, Paulo Eduardo Guedes *et al.* A ativação de redes sociotécnicas na cidade estrutural/DF, Brasil: construindo um território saudável e sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 6, p. 2185-2191, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cktg85yKgVp7NxQq8X7PY6y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SMITH, K. B.; LARIMER, Christopher W. **The Public Policy Theory Primer**. Boulder-CO: Westview Press, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman editora, 2005.

Apêndice



Acesso ao diário de campo